



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Aos 28/04/2010, sob a coordenação do Presidente Eduardo Jorge, realizou-se a 123ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação das Atas da 23ª Reunião Plenária Extraordinária e 122ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Informe da Secretaria do Governo Municipal referente a Resolução nº. 132/CADES/2009 que Dispõe sobre a aprovação do Relatório Final elaborado pela Comissão Especial – Ações para Controle Ambiental das Radiações Eletromagnéticas no Município de São Paulo - pela Coordenadora do CADES – Helena Magozo.
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia

1. Exposição sobre o tema “Suprimento de Energia Elétrica na região metropolitana de São Paulo”, pelo Dr. Jean Negri - Coordenador de Energia da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.
2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 23ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES.
- Ata da 122ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Presidente Eduardo Jorge: Bom dia a todos, vamos passar para o item 2 da pauta do expediente, a Mary vai dar prosseguimento neste informe.

Secretária Executiva Mary: O item 2 da Pauta - Expediente trata de informe da Secretaria do Governo Municipal referente a Resolução nº132/CADES/2009, que dispõe sobre aprovação do



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Relatório Final elaborado pela Comissão Especial, Ações para Controle Ambiental das Radiações Eletromagnéticas do Município de São Paulo. No ano passado houve o trabalho da comissão especial e, no relatório final a comissão especial não chegou a um acordo quanto a um parecer único e o Relatório final terminou com 02 minutas de Projeto de Lei. Essas minutas e o processo foram encaminhados para a Secretaria de Governo. No mês de abril a Secretaria de Governo nos devolveu o processo entendendo que o CADES é um Conselho Consultivo e Deliberativo e deveria propor uma única minuta de projeto de Lei. Nós entendemos que devemos convocar novamente a comissão para que haja um consenso.

Presidente Eduardo Jorge: Isso é previsível, não é? Eu acho que foi um erro nosso ter mandado duas minutas, era quase certeza que a Secretaria de Governo ia fazer isso, então a comissão tem que se reunir, se a comissão não chegar a um acordo, vamos chegar a um acordo nós. Vamos votar e mandar que o conselho vote e manda uma minuta só para a Secretaria de Governo, porque realmente eles tinham razão de nos devolver, então está certo você encaminhar isso e fazer a comissão voltar a se reunir, mas se por acaso a comissão não chegar a conclusão, tem que te trazer para cá e explicar as opções para todos os conselheiros e vamos decidir. Vamos nos programar isso para a próxima reunião, por favor.

Secretária Executiva Mary Lobas: Então o processo é o seguinte :reuniremos a comissão e retornaremos aqui na plenária para discussão. A Asunción foi nossa conselheira e também membro da comissão, e ela quer se manifestar.

Asunción Blanco: Bom dia, eu só queria fazer duas observações, primeiro que nós acabamos mandando as duas minutas sabendo que na verdade teria que fazer uma só por questão de tempo, acabava o prazo, era ultima reunião do CADES, e nós sempre tínhamos que apresentar um resultado, por isso veio duas minutas e a outra é que eu não sei como é que vai fazer, porque parte do grupo da comissão não é mais conselheira, então a única dúvida é essa.

Secretária Executiva Mary Lobas: Eu acho que não tem problema, porque a comissão admite especialistas de fora e pessoas de fora e os conselheiros, então nesse sentido não tem problema. Faremos o possível para manter o mesmo grupo .Você queria falar?

Cons. Marcos Moliterno: Bom dia senhor Secretário, bom dia colegas, sou Marcos Moliterno do Instituto de Engenharia, secretário, é um tema tão espinhoso que eu acho que essa comissão precisa de mais apoio, nós nos debatemos nele durante alguns meses e foi difícil nós conseguirmos chegar a um recurso que saíram as duas propostas, então talvez se nós tivéssemos um pouco mais de tempo e mais pessoas participando eu acho que talvez consiga propor alguma coisa razoável.

Secretária Executiva Mary Lobas: Então vamos fazer a reunião, vamos nos organizar, vamos nos planejar novamente. O 3º item do expediente é sugestão para inclusão dessa reunião. Alguém tem alguma sugestão? Cristina?

Cons. Cristina: Bom dia, eu queria colocar em discussão a estrutura da secretaria para promover o trabalho de avaliação do estado fitossanitário da vegetação dessa cidade. Nós temos tido problemas localizados e demandas localizadas com relação a isso e num caso recente mostrou que



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

a secretaria aparentemente não tem os equipamentos, isso dito pelos técnicos da secretaria, não tem os equipamentos necessários para fazer essa avaliação do estado fitossanitário antes de determinar uma remoção, uma poda enfim, uma intervenção, então eu queria colocar isso em discussão para nós vermos se seria possível reverter essa situação ou tomar alguma providência formal para que isso não recaia só sobre os técnicos sem essa condição material para fazer esse trabalho.

Presidente Eduardo Jorge: Cristina vê se você concorda. Como vai ter que ter o pessoal especializado nisso, e tem o pessoal cuidando disso já há algum tempo se você concordar, nós nos programamos para a próxima reunião com esse pessoal e que eles já vêm fazer esse relatório que a Cristina quer.

Cons. Ângelo Iervolino: Bom dia, Ângelo Iervolino da Sociedade Ambientalista Leste. Senhor Secretário eu gostaria se possível, se tivesse presente algum representante da Secretaria de Serviços, nós estamos com muita dificuldade para concluir a questão daquelas centrais do parque, um esclarecimento porque está vencendo o tempo e até agora somente duas subprefeituras foram contempladas, as outras restantes quase todas elas foram reprovadas.

Presidente Eduardo Jorge: Tem alguém da Secretaria de Serviços? Se chegar um dos representantes, nós vamos incluir ainda hoje algum informe inicial, de toda forma eu acho que isso que o Ângelo está propondo também devia ser parte da próxima reunião, convidar a Secretaria de Serviços para discutir esse assunto das centrais de triagem e colocar na pauta, mas se chegar alguém de serviços ele já dá o informe inicial, mas eu acho que não vai concluir hoje e só pode entrar como ponto de pauta e disposição da Secretaria de Serviços para nós na próxima reunião.

Cons. Ângelo Iervolino: Sr. Secretário, na gestão passada encaminhei a presidência, um ofício no qual solicitava a criação de uma Câmara Técnica para nós estarmos cuidando aqui nessa casa mais de perto essa questão do resíduo da cidade.

Secretária Executiva Mary Lobas: Então já temos quorum, vamos votar então as Atas.

Presidente Eduardo Jorge: Viu Ângelo, isso a Mary vai ver com a Helena Magozo, mas o Comitê de Mudanças Climáticas que foi criado por Lei, criou 06 comissões para tirar as diretrizes da Lei do papel e tornar práticas, uma delas é uma Comissão só sobre lixo, então eu acho que você podia depois pegar o informe que você pode participar, porque tem o comitê que foi nomeado pelo prefeito, tem os membros oficiais, mas essas Câmaras Técnicas do comitê são abertas, então se você tiver fôlego e quiser você pode participar também da Câmara Técnica do Lixo no Comitê de Mudanças Climáticas.

Cons. Ângelo Iervolino: Eu verifiquei inclusive nos comitês e eu não encontrei ninguém da Sociedade Civil e nenhuma entidade que dá apoio a esse tipo de trabalho, inclusive nós do fórum, somos desde o início da coleta seletiva solidária, membro do conselho gestor, então não sei...

Presidente Eduardo Jorge: Primeiro eu vejo como é, e como se inscrever e participar, lá também.



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Secretária Executiva Mary Lobas: Vamos colocar em discussão e votação a Ata da 23ª Reunião Plenária Extraordinária **está aprovada** com duas abstenções, Andre Pina e Antonio Abel, em votação a ata da 122ª Reunião Plenária Ordinária., **está aprovada**. Vamos passar para a Ordem do Dia com a exposição sobre o tema "Suprimento Energético na Região Metropolitana de São Paulo", pelo Dr. Jean Negri e Ricardo Amorim da Coordenadoria de Energia da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. Esse tema foi uma demanda solicitada aqui no CADES, quando da apresentação em discussão do EIA/RIMA da Subestação Piratininga, então, por favor, Jean Negri e Ricardo Amorim.

Presidente Eduardo Jorge: Primeiro eu gostaria que a Regina dissesse como é que está andando depois da licença prévia que o conselho aprovou da subestação, você podia dar um informe antes, essa que foi a ultima discussão do conselho anterior e votou a licença prévia dessa estação que era considerada algo muito urgente pelo Governo do Estado, a Regina podia dizer como é que está indo os procedimentos.

Cons. Regina: O DECONT já recebeu a solicitação de licença ambiental de instalação e recebeu também algumas sugestões de encaminhamento para prosseguir com a fase do licenciamento de instalação, a empresa solicitou e eu acho que eles vão falar sobre isso, nós emitimos licenças por etapas, primeiro para o conjunto e depois para a linha, primeiro para subestação e depois para linha, uma outra questão também com relação à área verde, as compensações também houve já um entendimento até porque a Secretaria de Saneamento e Engenharia já têm um projeto até maior do que aquele que foi proposto de um Parque Linear ao longo de toda outra marginal do Pinheiros e então isso veio de encontro e vai até otimizar e ampliar a proposta de compensação. Então o licenciamento nós estamos analisando agora a solicitação e nós devemos emitir nos próximos dias um período de complementação e nós vamos emitir a primeira licença de instalação para a estação, mas está indo tudo ok.

Presidente Eduardo Jorge: Isso é muito importante principalmente para os conselheiros novos, que o conselho vote a Licença Ambiental Prévia, a LAP, e depois a LAI e a LAP nada mais do que uma sinalização do conselho dizendo, esse empreendimento tem viabilidade e interessa a cidade, depois a LAI que é autorização para começar a obra ainda depende de toda a tramitação com o DECONT que vai verificando aqueles condicionantes da Licença Ambiental Prévia aprovada por nós aqui. Então isso é importante saber, porque primeiro quem quiser acompanhar o processo a Regina está a disposição no DECONT para receber vocês e mostrar como é que está sendo até chegar na LAI. Segundo é que a LAP não é ainda a licença para começar a obra, o empreendimento tem que ir provando tudo que nós condicionamos aqui até obter a LAI, isso é importante para dar segurança também aos conselheiros, porque as vezes nós ficamos um pouco inseguro em votar uma LAP, a LAP ainda não é a Licença de Instalação, é uma sinalização de que aquele empreendimento interessa a cidade, é ambientalmente conveniente, a LAI é que vai dizer que a obra pública ou privada pode começar. Então nesse meio tempo da LAP e da LAI, os conselheiros que quiserem ainda continuar acompanhando, o DECONT está aberto para receber esse acompanhamento. Pode-se inclusive criar uma sistemática e haver exposições como essas, porque aí vai dando mais segurança aos conselheiros de verem com o empreendedor e com o DECONT como é que está esse processo entre a LAP e a LAI e mesmo depois da LAI trazer relatórios aqui sobre o licenciamento.



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Jean Negri: Bom dia a todos, oficialmente eu gostaria de agradecer o convite de estar aqui para nós podermos discutir um pouco essa questão de suprimento de energia para a região metropolitana e antes mesmo de entrar no ponto eu também gostaria de fazer um agradecimento, porque realmente nós estamos como uma boa interlocução com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente nessa questão sobre a Piratininga 2, quer dizer essa demanda nós demonstramos a necessidade dessa obra, o empreendedor tem alguns compromissos a serem assumidos, o estado tem alguns compromissos a serem assumidos e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e o DECONT, entendeu essas questões, obviamente ele tem todo um rito que tem que ser seguido isso é normal, mas o que nós entendemos é que essas questões tem que ser enfrentadas de frente, há necessidade desse suprimento e vamos buscar a melhor solução técnica, econômica e ambiental para o empreendimento, essa foi a filosofia que inicialmente adotado, o que nós temos que colocar aqui é uma apresentação de mais ou menos meia hora e que nós vamos falar no final sobre a questão do suprimento na região metropolitana, mas existem alguns slides iniciais para contextualizar a questão do suprimento de energia no Brasil, porque o sistema elétrico e energético brasileiro ele é interligado, então não dá para nós simplesmente falar em uma região isolada em que ela é estanque do restante do Brasil, ela influi e é influenciada pelo meio ambiente do sistema interligado, então a idéia é passar inicialmente alguns slides para contextualizar como é o sistema eletroenergético no Brasil, e aí nós vamos detalhando e chegando até a região metropolitana e as obras que estão previstas para o atendimento na região metropolitana. Inicialmente vamos falar um pouco da regulação. Então o marco legal regulatório do setor elétrico ele está muito bem estabelecido, ele inclusive funciona adequadamente bem, até a segunda metade de 90, 95, 96, o sistema era eminentemente um monopólio estatal, significando o seguinte, que os estados ou as empresas com essa delegação faziam uma inscrição, faziam a transmissão e faziam a distribuição de energia elétrica, a partir da segunda metade de 95 e 96, foi feito a reestruturação do setor elétrico, isso significa que o setor elétrico se abriu, para a entrada de agentes privados que teriam capacidade para expandir esse setor para oferecer dentro de um modelo de regulação, obviamente que você abre o sistema e você estabelece um modelo de regulação, isso foi iniciado como modelo de concessão, na verdade é um modelo de concessão, muito mais do que simplesmente uma privatização, com a 88.987 que é a Lei do Eliseu Rezende, depois o modelo e concessão do setor elétrico a Lei 9074, foi criado o órgão regulador e fiscalizador que é a ANEEL 94827 e finalmente com a Lei 9648 se criou os outros órgãos que trabalham no setor, que operam no setor, o operador nacional, as câmaras de comercialização e assim por diante, depois teve uma série de outras Leis. E em 2.004 foi feito um ajuste do modelo, não é que em 2.004, essa Lei 10848 foi um novo modelo, na verdade foi um ajuste desse modelo e se percebeu que havia necessidade de alguns aperfeiçoamentos, no tocante sobre tudo ao planejamento da expansão. Então em termos de regulação o sistema está bem dimensionado, opera adequadamente, obviamente que as regras elas cobrem 90%/95% do usual, algumas coisas que tem que realmente ser feitas e aí a ANEEL, e O N S trabalham nesse ajuste. Isso aqui é uma sopa de letras, são os órgãos que operam no setor, o principal deles é o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), que é um órgão consultivo ao presidente, é um órgão que praticamente são do Governo Federal, são os ministros do governo que fazem parte desse órgão e ele faz essa discussão das políticas energéticas, obviamente o estado através da secretaria ocupava uma cadeira por meio do fórum dos secretários de energia e nós percebemos que as discussões lá não são da profundidade que se gostaria que fossem, são discussões mais "ad referendum" e falta realmente um detalhamento maior de grandes questões



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

da discussão que deveriam ser esse o fórum para isso. O Ministério de Minas é o poder concedente, ele na verdade tem o controle de todos esses órgãos federais, inclusive o CNPE, a presidência do CNPE é efetuada pelo ministro, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico foi criado exatamente depois do racionamento de 2.002 para fazer um acompanhamento mais "pari passo" da condição de atendimento eletro energético, a ANEEL é a agência reguladora, a EPE é a Empresa de Planejamento do Sistema Energético, ela não só faz o planejamento elétrico, mas também o energético, gás, petróleo, o ONS é o operador do sistema interligado, nós vamos ver no slide seguinte como é o sistema e ele tem que realmente ser otimizado na sua operação, a Câmara de Comercialização faz a contabilização e a liquidação dos contratos que são tramitados entre os agentes e os agentes de geração, transmissão e distribuição que operam nesse sistema. Como é que é dividido a indústria do setor elétrico? Ela tem geração, transmissão, distribuição e comercialização, isso está claro, você gera energia, você transmite em grandes blocos já que o sistema, as usinas são na fronteira do sistema, não tem as usinas distribuídas como no modelo Europeu perto da carga, o sistema nosso é hídrico então tem essa característica. Da transmissão eu tenho o rebaixamento a distribuição para chegar até o usuário final, a geração pelo modelo ela é competitiva, então aqui é competição pura não tem tarifa e sim preço, então os leilões que são promovidos pelo Governo Federal para a compra de geração exige essa competição, geradores entram nesse leilão e ganham o leilão quem tem menor preço. A transmissão e a distribuição em contrapartida ela é fortemente regulada, ela tem tarifa estabelecida pelo órgão regulador e tem algumas diferenças de expansão que depois nós vamos ver como é que funciona isso, e a comercialização também é a competição, foi um ente novo que entrou com esse modelo a partir da segunda metade de 90, em que o comercializador para alguns clientes especiais, alguns clientes da carga são clientes ligados em alta tensão que podem comprar diretamente energia do gerador ou do comercializador a distribuição fundamentalmente hoje ela ainda trabalha com duas funções, a função serviço de fio, que é a energia para chegar até as casas e a função de fornecimento de energia para o consumidor cativo, aquele consumidor de baixa tensão que ainda não pode comprar de forma competitiva de quem ele quiser quem pode fazer isso são as indústrias de alta tensão, e alguns consumidores, alguns shoppings centro. Qualquer um pode montar uma comercializadora e se registrar na Câmara de Comercialização, essas funções que estão aqui elas são estanques e que tem uma geradora não pode ter uma transmissão, ele tem que ter separação contábil até de empresa, de CNPJ, então aqui não tem mistura, aqui ele trabalha com cativo e aqui ele trabalha com o livre, o que ocorre, é que a Eletropaulo tem duas empresas, uma de distribuição a AES Eletropaulo e uma comercializadora. A distribuição sim, para o consumidor cativo, a rede de energia no município de São Paulo é a Eletropaulo, isso sim, e a distribuição para o consumidor cativo é a Eletropaulo, a comercialização pode ser feita para qualquer um, mas tem alguns clientes, por exemplo, a Volkswagen, alguns clientes industriais que eles compram energia de comercializadoras sem ser a Eletropaulo, a COPEL, a SCenic, empresas de outros estados do Brasil podem vender energia para consumidores localizados dentro de qualquer município, inclusive São Paulo, então essa atividade é uma atividade completamente livre. Para quem tem uma tensão acima de 69 KV e uma carga acima de 3 *mega watts* ou o consumidor especial, aquele consumidor que compra energia de fontes renováveis e fontes alternativas, ele precisaria ter alta tensão, então acima de 220 que é do nosso caso de cativos e comprar energia de uma fonte renovável, a PCH ou a eólica, aí ele pode, ele tem que ter uma carga de 500 kv, por isso que alguns shoppings, alguns supermercados em São Paulo, quem tem uma carga acima de 500 KV, podem comprar também



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

diretamente sem passar pela distribuidora essa energia, são os especiais que compram de fontes especiais, isso foi uma abertura do setor, o que ocorre é que o cativo hoje no Brasil é mais ou menos uns 70% ou 75% de toda a carga e o livre, que nós chamamos de consumidor livre, é o restante da carga, são mais ou menos 900 consumidores livres em todo o estado que fundamentalmente são os eletrointensivos, são os que tem mais consumo de energia, correspondem a mais ou menos uns 25 % ou 30 % da carga. Quando eu recebo energia em casa eu pago uma tarifa cheia e aqui tem então encargos, fios e o elétrico do fornecimento, aqui o consumidor livre compra do comercializador ou diretamente do gerador só o elétrico, só o fornecimento, aí ele tem que fazer um contrato com a distribuidora local para o fio, então ele tem vários contratos, tem aproximadamente 2, 3 contratos para esse fornecimento. Eles têm duas chances de comprar, se eles estão ligados em uma tensão 69, que não deve ser, porque eles devem estar em uma tensão menor, eles poderão se enquadrar no consumidor livre, ou convencional e comprar diretamente ou da comercializadora ou do gerador, mas aí ele tem que ter um requisito, 69 kv ou 69.000 volts ou E 3 megawatts de carga, para cargas menores até 500 kv para cima, eles só podem comprar de fontes renováveis PCH, a eólica, solar, essas fontes assim, o que ocorre é que, por exemplo, a SABESP, ela tem uma série de unidades, em algumas condições você pode somar essa carga, mesmo que seja em pontos diferentes e você fazer um contrato único da comercialização, então a SABESP, por exemplo, tem um contrato com uma geradora importante de São Paulo que é a CESP e alguns anos atrás foi feito um leilão, que aí é um leilão de venda e que a SABESP adquiriu essa energia diretamente passando pela distribuidora. Foi interessante para ela, ela conseguiu um preço interessante, em geral é, porque o sujeito que opta pelo consumidor livre, pela chance do consumidor livre se ele tem esse requisito, ele tem condições de negociar, porque aí você não fica vinculado aqui, o cativo não tem jeito, ele só pode comprar da sua distribuidora local, se ele está em uma área de concessão e quem define a distribuição, o local é a área de concessão, se ele está dentro de uma área de concessão e preenche os requisitos, ele pode se tornar livre, ele espalha isso em uma competição, ele tem condições de negociar preço e nesse caso não, nesse caso ele está vinculado a tarifa estabelecida pela ANEEL para o ressarcimento daquele serviço da distribuidora. Usa inclusive, eventualmente um modelo que a SABESP usou, ela tem vários pontos, ela não tem um ponto único de consumo, ela tem vários pontos, juntou e fez uma compra no atacado e aí faz um contrato de fio com as distribuidoras locais. Então, a condição é consumidores especiais, consumidor especial ele tem que ter uma carga de 500 Kilowatts, isso é uma carga pequena, em um prédio, um condomínio tem 500 kw, nós em casa temos 20 kw ou 30 kw instalados, então 20 apartamentos já dá isso, 500 kw, mas aí ele só pode comprar de fontes renovável que é PCH, que é eólica. Um condomínio hoje ele tem uma carga de 500 kilowatts e recebe em tensão acima de 230, ele tem que ter que ter um transformador na entrada, ele pode se tornar livre e especial, aí a condição é diferente, porque a energia renovável ela é um pouquinho mais alta o preço do que a energia convencional e hídrica, que é o caso do consumidor convencional, o consumidor convencional ele pode adquirir 69 ou 31 megawatts, aí ele vai direto pegar do nível da hidráulica que é uma espécie mais barata. O que é a fonte renovável? A fonte renovável ela tem um investimento mais caro, a PCH, por exemplo, ela tem um fator de escala, para você instalar uma PCH, o custo megawatts gerado em uma PCH é mais caro do que uma grande hidroelétrica, como Ilha Solteira, Jupia. O sistema interligado brasileiro, por si só ele é interligado, tem usinas nas fronteiras das cargas, eu tenho um sistema aqui do Paraná da Cesp, tem o Itaipu, tem as usinas da São Francisco, Ipurui e vamos ter o



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Madeira aqui na região de Rondônia e Acre, então o que existe, existe fundamentalmente um sistema de transmissão que traz essa geração para os centros de consumo, então hoje nós temos interligação Nordeste e Norte, Norte e Sudeste, Sudeste e Nordeste, e Sudeste e Sul, várias áreas de interligações e é um sistema de grande porte, nós vamos ver no slide seguinte que esse sistema aqui nós rebatemos em cima do sistema Europeu praticamente. Aqui tem muita geração em desenvolvimento e inventário, que é o Tapajós, que vão entrar agora nos próximos leilões da EPE, aqui no Amazonas, e Belo Monte está aqui, ele vai ser conectado diretamente com Tucuruí, ele está muito próximo do sistema Tucuruí do Xingu. Em termos de capacidade nós temos aqui 100 megawatts de capacidade e uma demanda de 664, com o sistema tem uma certa folga em termos de demanda em relação a capacidade de instalar, obviamente que essa capacidade instalada e não a energia gerada, a energia gerada depende da água que eu tenho disponível no sistema. O sistema hidráulico, 79% é hidráulico, se colocar os PCH isso passa de 80%, eu tenho uma carga de 414 kilowatts/hora, o importante é, eu tenho uma capacidade instalada de 79 de hidro, eu gero 93, porque nós aproveitamos os períodos de hidrologia favorável para gerar na hidráulica que é mais barata que a térmica. Então apesar de eu ter 79 de capacidade, a minha geração efetiva no ano passa de 90%, e as térmicas funcionam como o que? Funcionam como seguro, elas estão lá, estão paradas, quando começar a ter um esvaziamento dos reservatórios e uma condição de risco maior eu aciono as térmicas. O sistema então brasileiro que está ali rebatido, ele é um sistema de grande porte, ele praticamente pega a Europa inteira, se nós pegarmos aqui Recife e Manaus, ele se rebate em cima de tudo a Europa. O processamento nós vamos falar aqui rapidamente como é que se processa a expansão da geração, da transmissão e da distribuição, a expansão da geração ela tem estudos de 30 anos, são estudos de rota, são aqueles estudos ou eu vou para uma definição hidráulica ou eu vou para uma definição nuclear e eu estabeleço aqui como é que vai ser a minha expansão, são estudos de longo prazo. Esse estudo existia num modelo e não existe mais, existe na geração um estudo de curto prazo que são 10 anos, porque é um estudo em curto prazo de 10 anos na geração? Por que na geração eu tenho um tempo de maturação longo que nós vamos ver agora no slide seguinte, eu tenho que desenvolver os inventários, a pré-viabilidade, os estudos de impactos ambientais, a partir daí se faz o leilão, isso aqui leva uns a menos 03 a 05 anos, depois faz o leilão em mais de 03 a 05 anos para implantar a usina. Então hoje para eu planejar uma usina eu tenho que pensar 10 anos antes, por isso que existe o plano decenal de expansão, que leva em conta a geração que vai ser implantada daqui a 10 anos e 05 anos antes então são feitos os leilões, porque daí eu já tenho tudo isso daqui maturado para que o empreendedor vencedor do leilão receba a outorga de concessão e faça o projeto que leva também uma usina hidráulica que dificilmente você faz em menos de 05 anos levando em conta desde que você tenha a concessão. No sistema de transmissão, a condição é um pouco diferente, essa é uma etapa feita pelo governo, pela IPE, aqui a ANEEL faz o leilão e depois o empreendedor que recebe. Aqui o resultado dos leilões de energia nova, são os leilões que vieram daquele planejamento feito anteriormente, a partir de 2004, o que acontece? As energias novas são vendidas de 03 anos atrás ou 05 anos antes, os leilões são feitos, nós chamamos de A-3, A-5. Térmica eu consigo instalar em 03 anos, então se faz um leilão de 03 anos e se faz um repasse das usinas térmicas que tem interesse em entrar no sistema e as hidráulicas 05 anos antes, então os leilões feitos a partir de 2.004 mostraram essa configuração, o que nós notamos é que de cada 1 megawatts que leiloaram aqui para a configuração final em 2.016, 2/3 eram térmicos e 2/3 são hidráulicos e alguma coisa de eólica que já foi o resultado de um leilão, significa o seguinte, a nossa matriz está ficando mais



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

térmica, porquê? Por que há falta de projetos hidráulicos, isso é patente, os projetos hidráulicos esses que foram leiloados aqui, o principal deles foi o Madeira que é 4.000 megawatts de energia média, que fala em 6.400 a diferença de 2.400 são de projetos menores que foram leiloados, que foram conseguidas o seu licenciamento e entraram no leilão e tiveram licitante vencedor. O restante foi térmica e aqui 10.000 megawatts é térmica óleo, que vai entrar no sistema. Isso provoca uma matriz um pouco mais suja e uma geração mais cara, as duas coisas que provocam até pelo preço obtido nos leilões. O próximo então é o sistema de transmissão, ele é um pouco diferente da geração, ele é feito pelo operador nacional de sistemas e estudos de ampliação e reforços e pelo planejador do sistema, isso aqui é praticamente um ano que corre, são estudos feitos com periodicidade anual, para que? Para verificar quais os troncos novos, quais os sistemas, qual o reforço que eu tenho que dar para o sistema de transmissão tornar essa geração aceitável nos pontos de consumo e que de confiabilidade a esses pontos de consumo, isso é consolidado no Ministério de Minas e Energia, Minas e Energia passa para a ANEEL para a ANEEL fazer o leilão. O que nós notamos aqui, que foi uma das coisas que inclusive surgiu e nós acabamos deparando com aqueles problemas que houve em 2.008 aqui em São Paulo, aquele incêndio que ocorreu na Subestação Bandeirantes e aquele incêndio em Pirituba em abril de 2.008, foi uma defasagem entre o poder concedente e a outorga da concessão da ANEEL, porque quando o poder concedente estabelece ao empreendimento, isso vai para ANEEL, isso deveria levar 02 meses, na verdade isso tem levado as vezes anos, e Piratininga 2 que foi uma das obras prioritárias identificadas em 2.008, em vista daquele incêndio em Bandeirantes, que aí foi descoberto que Bandeirantes está super carregada em termos de carga elétrica, era uma obra que tinha sido concebida em 2.005 para entrar em 2.007, já estávamos em 2.008 e a obra não tinha sido nem licitada, isso foi então comunicado ao ministério, o ministério provocou a ANEEL e a ANEEL então ao longo de 2.008 licitou todas as obras que estavam atrasadas, e depois existe um tempo aqui mal dimensionado, o que acontece? A ANEEL faz o leilão, o transmissor vai lá e ganha a linha e ele recebe uma mesada, ele recebe o que se chama Receita Anual Permitida, que é regulado esse negócio, então ganha o leilão quem der a menor receita, ele estabelece uma receita máxima e quem dá a menor receita ganha aquela linha para fazer. Só que ele ganha a linha sem licença ou a subestação e se fala em sistema de transmissão, linha subestação, ele ganha essa licença, aí ele tem que promover, arrumar a licença e construir a obra, 18.000 e 24.000, não dá para isso, nós já percebemos isso, principalmente em regiões urbanizadas, então isso também é um trabalho que tem que ser feito, tem que se aumentar esse tempo para poder vir aqui e aumentar o início dos estudos para trás, para que não dê esse problema que ocorreu aqui em São Paulo em 2.008. O sistema de transmissão também está muito bem, você vê que no período pré-abertura do setor ele tinha uma expansão módica e aí teve uma expansão muito forte, então tinha um passivo represado aqui e isso aqui em km de linhas de transmissão, então hoje nós temos perto de 100.000 km de linha de transmissão de alta tensão no Brasil, o que é considerável. Vamos falar agora em distribuição que é aquele 3º eixo da indústria da energia elétrica, a distribuição que é o que nos afeta mais diretamente, ela tem uma lógica de expansão diferente, como é que é a lógica de expansão da distribuição? Ela é por indicadores, então a Eletropaulo, as distribuidoras, tem alguns indicadores de qualidade que são definidos no modelo regulatório pela ANEEL, quais são esses indicadores? É a duração equivalente de interrupção e a frequência equivalente de interrupção, que é o DEC e FEC, eles chamam comumente no setor, quando esses DEC e FEC estão acima de um determinado valor estabelecido pela ANEEL, a distribuidora é penalizada, então o incentivo de expansão é



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

penalização, esse é um modelo que não é o único no Brasil, esse é um modelo aplicado no Chile, na Espanha, não é um modelo só daqui do Brasil, mas ele acaba sendo indireto, a expansão, o que acontece com a expansão? Eu tenho as fronteiras da transmissão como 188 kv e, ele entra na área de distribuição que é o 13.8, então essa área de transmissão ela é dividida em regiões e cada região tem o seu DEC e FEC, então quando a distribuidora percebe ou verifica que o índice de qualidade está caindo, ela vai e implanta um sistema de reforço ou uma subestação de distribuição, uma ETD que eles chamam de distribuição ou linhas de flexibilização, o que ocorre, eu acho que alguns de vocês que moram em São Paulo já perceberam que de janeiro para cá houve uma mudança além do DEC e FEC, está se colocando agora o DIC e FIC, que é a interrupção individual, eu, por exemplo, a minha conta, eu moro no Jardins, mês passado veio uma devolução de valor de energia na conta que é o que está acontecendo agora a partir de janeiro, a partir de janeiro a ANEEL está implementando que se ele passar um indicador individual que na verdade indicador individual é de uma certa região que tem medição, ele tem que ressarcir por um determinado custo essa energia não fornecida aquele consumidor e isso já está ocorrendo, o que nós temos dúvidas é se a calibração dessa devolução está adequada para motivar a distribuidora a expandir, esse que é o detalhe, mas então a lógica da distribuição é por índice de qualidade. Vamos então agora falar um pouco de São Paulo, da nossa região, o estado de São Paulo, isso aqui é a carga 131.000 GW/h por ano que consome, é do tamanho da Argentina, então o estado de São Paulo, tem um sistema elétrico em termos de cargas do tamanho da Argentina, a região metropolitana de São Paulo que são os 30 e poucos municípios e tal, ele tem uma carga maior que o Chile, só o município de São Paulo, a carga dele é da ordem da região metropolitana de Campinas e do Peru, então o município de São Paulo é uma região de elevada carga de muita concentração de carga e o crescimento da carga teve um decréscimo em 2.008 por conta da crise. Bom, vou falar como é que estão em São Paulo, distribuídos. A Eletropaulo é a principal distribuidora com quase 30% da distribuição, depois vem a CPFL que é a Piratininga e a Paulista, a Elétrico e Piratininga, como é que é a carga? Fundamentalmente 43% industrial, 28% energia residencial e 18% comercial, fundamentalmente é isso. São Paulo tem uma capacidade instalada de quase 20.000 MW, mas importa 40% da energia, então foi importante sentir aquele sistema, quer dizer, São Paulo apesar de ter toda essa potência instalada ele ainda importa de outros sistemas norte e sul, 40% das suas necessidades e isso deve aumentar, tanto que o Madeira vem diretamente para Araraquara a transmissão da energia do Madeira. Essa aqui é a taxa, vamos pegar a total e a industrial, então normalmente as taxas são sempre positivas anualmente, o que teve em 2.008 devido a crise, foi uma queda no industrial e uma queda no total, mas elas já se recuperaram, hoje nos últimos 02 meses nós estamos com um crescimento de energia elétrica em relação a 2.009 que não foi um mês alto, que não foi uma carga alta, já com quase 10% de crescimento de carga, em fevereiro e março teve em relação ao mesmo mês do ano passado em torno de 10% de carga, a carga aumenta e nós temos notado que a elasticidade PIB/Carga ela é sempre maior, mesmo que o PIB não tenha um desenvolvimento forte e um valor forte, a carga de energia elétrica ela sobe maior que o PIB, historicamente é a única queda de carga que nós tivemos quanto ao racionamento, mesmo na década de 80 com aqueles PIB baixo a carga sempre foi maior que 01 e maior que 0, sempre cresceu, esse é o sistema de São Paulo, a transmissão só de alta tensão, o 440, o 346, nós temos várias tensões, tem o 750 kv que é Itaipu, 500 também que vem do Itaipu, 440 é o sistema Cesp, o 345 que é o antigo Eletropaulo e o 230, até aqui são os sistemas de transmissão, até 230 é considerado rede básica do sistema de transmissão, aqui já



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

é o 138 e o 69 é o sistema de subtransmissão. O que nós temos? São Paulo é o grande ranking, tanto que até tem um slide aqui mostrando sempre que dá um distúrbio no sistema, São Paulo sofre, por quê? Porque é um entroncamento, é o entroncamento Sudeste e Sul, temos aqui as linhas de Itaipu, a outra ligação do Sul Ibiunas/Batéias e a ligação por Londrina chega em São Paulo, e sai o Norte e Sul de água vermelha e vai chegar a Araraquara que é a ligação do Madeira, a ligação do Madeira vai entrar direto em Araraquara, então é um sistema que é um entroncamento, qualquer perturbação realmente que ocorre nós percebemos isso nos últimos 5 blecautes que tivemos, São Paulo apaga, isso é característica desse sistema. O que ocorre em São Paulo? A região metropolitana de São Paulo tem mais de 20 subestações de grande porte, são subestações realmente grandes, são subestações com aquela tensão alta de 440 kv, de 500 kv, de 750 kv, nós temos as principais, Edgard de Souza, Pirituba, as duas subestações Sul lá na região do ABC, a Bandeirantes, Piratininga com R. Borges, Anhanguera e Miguel Fornazaro são as principais subestações, o que nós vemos é que elas já estão bastante carregáveis, 93% de carregamento, 80, 83. Essa subestação é super sensível, é a subestação que atende toda a carga da região sul do município de São Paulo, é Morumbi e região, tanto que quando teve aquela indisponibilidade em março de 2.008. 3 milhões de pessoas ficaram sem luz naquela ocasião por aproximadamente 50 ou 60 minutos, e há uma subestação hoje que ela é radial, porque nós chamamos radial? Por que ela só recebe de uma fonte, fonte de xavantes que é uma outra subestação fora desse quadro e ela praticamente está sem condições inclusive de fazer manutenção preventiva, então o que alivia a Bandeirantes? Piratininga 2, que é essa subestação que está sendo implementada e está atrasada, que realmente aí nós temos que também colocar os pingos nos is, é o que nós temos colocado para o NS. Com todas essas ocorrências que tivemos, nós conseguimos duas coisas para São Paulo, primeiro vamos voltar a montar um grupo de trabalho no nível operacional com participação das concessionárias paulistas, que é o GT São Paulo do NS e o segundo, um grupo de trabalho de expansão a longo prazo que é com a EPE, isso nós montamos, o que foi colocado foi o seguinte, o atraso foi um atraso regulatório que não teve a sua licitação no momento adequado, o licenciamento demorou 08 meses, o licenciamento no DECONT entrou em Agosto e saiu em fevereiro e é para esse tipo de obra aqui, que com a complexibilidade dela é um licenciamento adequado, é nesse prazo, é 8 meses ou 1 ano que nós consideramos adequados esse tipo de obra desse tipo. Então São Paulo tem subestações, tem uma carga que chega em São Paulo de 8.500 MV e são a capacidade de transformação, a área sul que é a área Bandeirantes é uma área já próxima do seu limite pelo carregamento que tem, temos algumas dificuldades de flexibilização entre as subestações, isso é uma coisa que já foi identificado, há pouca flexibilidade no que? Quando acontece uma contingência aqui, nós tiramos isso daqui e abastecemos com outras subestações, essas linhas elas poderiam estar melhor dimensionadas para dar essa flexibilização que se chama transferência de carga, você dá uma disponibilidade aqui você utiliza outras subestações para isso e nós temos hoje funcionando recriado esse grupo de São Paulo que acompanha a execução dessas obras, e verifica quais os gargalos que tem e procura atuar de forma estrutural no sentido de eliminar os gargalos para sua implantação e medias operativas, obviamente que o sistema apesar de ter algumas limitações de carga ele toma medidas operativas para que o sistema opere adequadamente enquanto essa nova obra não entrar. A região Oeste é uma região próxima, a sul já chegou no limite, então Piratininga 2 vai resolver a questão da região sul, inclusive é uma obra até que nós colocamos aí prioritária, tem um grupo de trabalho lá no governo, liderado pelo planejamento e está estabelecendo as obras estruturais prioritárias



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

para a Copa de 2.014. A região oeste ela também começa a ter algumas limitações de carga, por quê? Porque o Rodoanel está levando uma expansão muito grande de indústria ao longo do eixo e agora inclusive com esses trechos sul vai aumentar mais ainda essa ocupação. Então já está projetado, já está licitado a subestação Jandira que é na região de Cotia, Jandira, ali Itapevi, naquela região, que é uma subestação de grande porte, é uma subestação 440 e isso também é um licenciamento que já entrou na Secretaria de Meio Ambiente e isso daqui é Estadual, porque são vários municípios e já entrou lá e o prazo dele é novembro de 2.011 então essa subestação, obviamente que a subestação ela não é sozinha, ela é da subestação, isso é um monte de linha para atender as estações da distribuidora, então essa é uma que vai entrar, as outras que é Piratininga 2 que vocês sabem até melhor do que eu o estágio dela, a previsão dela era Abril do ano que vem, a previsão oficial, mas se trabalha em 12 meses, a CETEP que é o empreendedor dessa subestação fala em 12 meses a partir da LI. Os outros reforços que estão sendo considerados são esses daqui, essa é uma situação delicada com a Região do ABC, o ABC hoje é abastecido só com uma linha radial que entra pela estação sul e está se buscando um reforço na linha baixada alto da serra, alto da serra sul, então hoje se tiver algum probleminha na subestação sul radial dependendo da conta o ABC fica muito prejudicado, inclusive todas aquelas indústrias, isso então está se buscando também, não tem ainda o licenciamento, porque essa é uma obra que passa por áreas ambientais, então está se buscando esse licenciamento. Tem essa obra Tijuco Preto - Itapeti- Nordeste, que é de furnas, que é para aumentar o intercâmbio sul e sudeste lembram? São Paulo precisa receber energia, isso precisa estar facilitado e essa é uma obra que vai facilitar a entrada de energia em São Paulo, por meio das trocas das transferências da região Sul. Então essas são as principais obras que afetam a região metropolitana de São Paulo, existem outras obras, mas aí é para o interior, no interior de São Paulo também tem algumas dificuldades, não na complexibilidade de São Paulo, mas que também tem obras lá de subestação de Getulina, Atibaia, Via Sol, que estão sendo também implementadas para atender isso. Além dessas obras, isso aqui são obras de transmissão, são obras de reforço, existe uma obra que nós identificamos como prioritária inclusive está para 2.014 que é a ETD de Juscelino Kubitschek, é uma obra que certamente vai aparecer nesse de fórum para discussão, é uma obra da Eletropaulo, que é uma obra no nível de distribuição, aquelas obras são obras do nível de transmissão 440 KV, essa é uma obra de menor tensão, é uma obra de rebaixamento, ele pega o 69, pega o 138 e baixa para 13.8, que é uma região não simples de se tratar, que é a região do Itaim, recentemente saiu uma subestação aqui em Paineiras, recentemente inaugurada também já é uma subestação que entrou com um certo atraso e agora está se buscando a implantação dessas subestações identificadas no planejamento da Eletropaulo. Eu acho que em termos de expansão era isso. Eu acho que tem alguma coisa do apagão, eu acho que podemos em 5 minutos estar falando dele. E tem um outro estudo, esses estudos aqui são estudos operacionais no horizonte de 5 anos, tem um estudo de horizonte mais longo de 10, 15 anos que é o seguinte, foi pedido para EPE fazer um diagnóstico do litoral sul, até porque o litoral sul vai ter uma carga, tem uma carga prevista em função do pré-sal significativa, vai ter muita obra, muita implantação de empreendimentos em Santos e naquela região, então foi pedido um diagnóstico dessa região e é uma região complicada, porque você tem que descer a serra do mar para você abastecer lá, não tem fonte local e a região metropolitana de São Paulo, como é que São Paulo vai crescer daqui 10 anos, porque as subestações que estão sendo previstas, esse diagnóstico está previsto a sua conclusão final desse ano. Esse é o histórico de ocorrências, aquilo que eu falei são 05 blecautes de grande porte no sistema, todos afetaram



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

São Paulo, e começou em 84, assim que o sistema interligado foi concebido, então teve 84, 85, 99 o raio de Bauru, 2.002 aquela transferência de Araraquara até a vermelha e em 2.009 esse que nós vivenciamos agora em 10 de novembro, que houve uma interrupção simultânea de 03 circuitos de Tijuco Preto na Subestação de Furnas na linha Itaipu e Ibiúna. É mais ou menos 01 blecaute a cada 05 anos e o que nós gostaríamos de falar sobre essa questão das ocorrências é que o sistema não está imune a ocorrências, por mais que você implante redundância, implante confiabilidade, você não tem uma garantia 100% de que você não vai ter uma ocorrência de grande porte, até porque o sistema é todo interligado e as perturbações se transferem de sistema para sistema, existem outras formas de sistema tipo corrente contínua que você isola a transferência, mas nesse caso não é aí o que ocorre? O sistema deve suportar uma perda simples, esse é o critério do sistema, o que nós estamos colocando em dúvida inclusive para regiões metropolitanas, que esse critério pode não ser adequado, o que é isso? O critério do sistema N-1 que nós chamamos, você tem n elementos no sistema, se faltar 01 o sistema tem que continuar abastecendo sem problemas. O problema é que naquele blecaute de novembro faltando 3 elementos, então praticamente 6.000 MV saíram do sistema e deu toda aquela perturbação. As causas de perturbação têm natureza que são as questões naturais, ação humana que teve alguns blecautes no slide anterior de queimadas e os tipos de distúrbios eles podem ser simples e podem ser múltiplos, como um risco eminente do blecaute, o importante é isso daqui, o sistema não é imune a blecautes, isso é uma coisa que se precisa ter em mente, o que se faz? Reduzir a civilidade dos distúrbios através de obras que não só atendem o N-1, mas atendem a confiabilidade, então, por exemplo, para a região metropolitana de São Paulo, nós entendemos que N-1 não é suficiente, tem que ter um critério de confiabilidade aqui, você deixar uma região como São Paulo com várias horas sem luz, sem ter, por exemplo, um tempo de restabelecimento trabalhado e evitar propagação desses distúrbios que ocorrem lá na fronteira é o que se busca para você ter como linha de ação neste negócio, é reduzir a severidade, evitar a propagação de distúrbios e colocar esquemas de redução de carga, porque esquemas de redução de cargas existem, na hora que você percebe o distúrbio o sistema está preparado para jogar fora uma carga e preservar o resto e reduzir o tempo de restabelecimento que também consideramos que aquele tempo de restabelecimento de 200 minutos para São Paulo foi muito alto e isso é uma questão de coordenação. O que nós estamos propondo em conjunto com a ONS? Um plano de ação para reduzir os distúrbios de grande monta na transmissão, é um planejamento de obras em um tempo adequado, exatamente para não ter aquele passivo muito grande de se fazer obras em curto e máximo tempo, ter um critério de atendimento para grandes centros urbanos diferente do N-1 baseado em confiabilidade, ter uma compensação reativa, isso é um detalhe do sistema elétrico que com linhas de grande distância você tem perturbação de tensão natural e você precisa colocar compensações e isso daqui também pode ser corrigido com outras formas de desenvolvimento de sistema. Modernização de subestações. Também temos subestações antigas que precisam ser modernizadas e a interligação da malha de subtransmissão, sobretudo em São Paulo para tornar flexível o deslocamento de cargas. A questão de operação, ilhamento é fundamental, você ter uma carga ilhada fora do sistema interligado, você consegue fazer isso, por exemplo, no Rio está se pensando nisso, como o Rio tem um sistema de geração a gás e importâncias nucleares, está se pensando em tornar essas gerações a gás e as nucleares cativas com o sistema vital do Rio de Janeiro significam o que? Se o sistema tiver interligado e se tiver algum problema, essa carga é preservada, carga prioritária, metrô, trem, hospital, essas coisas, faróis, a recomposição rápida em



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

cargas prioritárias isso precisa ser revisto, os centros de controle de operação, isso também é uma outra coisa que colocamos e o NS está analisando, o Brasil hoje tem 4 sistemas de controle, nordeste, sudeste, sul e Brasília, o CNOS, o Nacional, o controle do sudeste antigamente era dividido entre São Paulo e Rio, hoje está todo no Rio e a carga do Sudeste é 60% da carga nacional, então o que nós entendemos é que deveria ter um outro centro de operação, deveria ser estudado a implantação ou a recriação do centro em São Paulo, porque São Paulo tem uma carga que é 30% do Brasil e na hora que dá uma perturbação dessa é aqui que está o gargalo, é comunicação, é telefone, é aqui que dá o gargalo, então se você tiver um centro de operação mais distribuído, você flexibiliza a recomposição, aí é já trabalhar no efeito. E a questão da informação, o blecaute não pode, o que eu sempre falo, não pode 190 da polícia militar servir de disque apagão, que é o que aconteceu no blecaute, precisa ter um sistema de informação adequado gerido pelo Governo Federal, porque é Governo Federal que detém toda a competência, a ONS que opera esse sistema, ele precisa ter um sistema de informação, nós ficamos sabendo, por exemplo, do blecaute que ficaram senhoras, 02 ou 03 horas na garagem esperando a luz voltar para subir de elevador e isso com o sistema de gestão da crise isso se resolve. E a última coisa que nós queríamos colocar, é o trabalho que nós fizemos nos apagãozinhos em São Paulo, em São Paulo ocorreu uma série de apagãozinhos que não são os blecautes de grande porte, são as perturbações localizadas, o que ocorre? O verão sempre é um período mais complicado, em que você tem chuva, você tem aumento de carga por causa das férias, então as distribuidoras fazem um planejamento estratégico para isso agora, aumenta o número de equipe, fazem manutenção preventiva, trabalham com programas de modernização, e um programa de poda de árvores também e isso na verdade vem ao longo de todo o ano, o que aconteceu? Nesse período do verão de dezembro até fevereiro, foram várias ocorrências e ocorrências em um tempo médio de perturbação muito grandes, ocorrências até acima de 24 horas, nós fizemos um levantamento, verificamos que a Eletropaulo teve mais de um milhão e meio de consumidores atingidos, o número total dos consumidores da Eletropaulo são quatorze milhões, então praticamente 10% delas foram perturbados. O número de ocorrências nós fizemos um intervalo todo verão até o dia 11 de fevereiro e o intervalo naquele período que foi mais crítico, em que teve interrupções acima de 8 horas e aí se percebeu que tanto a Eletropaulo como a Bandeirantes tiveram um número de perturbações importantes nesse período e aí qual foi a conclusão? A conclusão foi que 13% foi devido a condições atmosféricas e mais de 50% foi questão de vegetação, galho de árvores, quedas, isso foi o que foi registrado nos boletins de ocorrência da Eletropaulo, naquele período, no período mais longo do verão, no período mais curto que foi aquele período que provocou esse estudo que provocou essas reuniões com as distribuidoras, também devido a condições atmosféricas 24% e vegetação 40%, o que ocorre aqui é o seguinte, na hora que árvore cai no fio, aí não tem jeito, interrompe, aí realmente é buscar minimizar a consequência. Eu vi na minha casa. Na minha casa tinha uma árvore que tinha um problema, ela foi programada para ser cortada no sábado, o bombeiro chegou as 11h da manhã e saiu às 5h da tarde, ele levou 6h para cortar uma árvore com programação, imagine quanto que você tem em um dia crítico que chove, pessoas tendo que ser resgatadas, o bombeiro não vai se preocupar em cortar árvore, ele não vai deixar aquela árvore lá, ele enfim vai dar prioridade mínima para aquela situação, então aqui o que tem que se tentar buscar aqui é uma prevenção, é um trabalho preventivo de poda, de parceria para exatamente executar essa poda, a Eletropaulo indica que ela tem algumas limitações, por exemplo, ela não pode passar em linhas exclusivas de ônibus quando tem essas emergências e isso também



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

é uma coisa que eu acho que pode ser trabalhado. A questão da comunicação eu vi ontem uma notícia que a Eletropaulo agora vai comunicar, porque também foi apresentado pela Eletropaulo e faltava comunicação inclusive no site da Eletropaulo não falava nada desses apagõzinhos, então agora ela está fazendo um micro blog, está colocando um twitter para informar onde vão ter as ocorrências, onde vai ocorrer e mesmo as preventivas. O índice de qualidade é uma coisa que nós estamos trabalhando inclusive com a agência reguladora e estadual nesse sentido de verificar se esses itens estão adequados e o ressarcimento de consumidor que é uma coisa que já está ocorrendo para interrupções de maior tempo.

Cons. Marco Barbieri: Com relação ao índice de qualidade é o DEC e o FEC, o qual você se referiu, no caso a título de exemplo talvez, só para conseguir nos fazer entender um pouco melhor, tem duas situações que eu gostaria de levantar, uma é com relação a transmissão, o Sr. citou a pouco o blecaute que aconteceu em novembro de 2.009, aquele tipo de evento chegou a gerar uma queda muito grande e sobre quem no índice de qualidade e índice de fornecimento, que tipo de penalização essas transmissoras receberam e a outra questão com relação a essa mesma que o Sr. está citando agora, que 55% das ocorrências de desligamento são provenientes da vegetação arbórea no município e se isso gerou ou gera e se está gerando e de que forma, uma redução nos índices de qualidade da Eletropaulo e quais as ações que estão sendo tomadas na melhoria dessas condições, ou seja, o plano de podas, parcerias, não significa estar podando as árvores para evitar o dano, mas será que existe, o Sr. tem alguma informação para nos dar a respeito?

Jean Negri: Sr. Secretário, eu acho que esse é o ultimo slide da minha apresentação, na questão do blecaute o que ocorre, dois órgãos fazem os seus relatórios de avaliação da perturbação que chamam RAP, o ANEEL e a ONS, a O N S já publicou o seu relatório de perturbação e já colocou as medidas, as causas e as medidas preventivas a esse tipo de coisa, a ANEEL também já concluiu e a ANEEL penalizou furnas com uma multa de R\$ 54.000.000,00, por conta do relatório de fiscalização que ela fez, então já houve uma penalização sobre a questão do blecaute. Quando ocorre essa penalização as distribuidoras não tiveram culpa, porque as vezes a perturbação, quando a perturbação é na área da distribuidora ela é responsável por isso, quando é de suprimento externo, ela recebe *** queimas de aparelhos, essas coisas enfim, ***, mas ela vai buscar no responsável pela ocorrência o ressarcimento dessas questões, o blecaute é uma coisa a parte, uma coisa que envolve sistema e envolve esse relatório da ANEEL, que envolve a O N S e tem um encaminhamento desse porte, no caso dos blecautinhos, no caso dos apagão aqui mais próximo, o que ocorre? Existe uma série de considerações, porque não é tão simples assim, por exemplo, o critério que a ANEEL estabelece, ela exclui, por exemplo, os dias críticos, se você tiver um dia que teve uma precipitação acima do normal, obviamente que o sistema não está previsto para aquilo, então aquilo é explicar, mas tem um limite de distúrbio daqueles dias, eu acho que é 01 ou 02 por mês que você acaba ***, os outros eles tem que suprir. Então o que ocorre, quando o indicador de duração e ou de frequência ultrapassa o padrão da ANEEL, ele é penalizado e hoje ele ressarcir esse consumidor, tanto que eu coloquei, eu tenho esse ressarcimento vindo de uma interrupção que teve lá. A questão da nossa limitação aqui, o que nós fizemos, nós só diagnosticamos as coisas, até por base nas informações que vieram das concessionárias, aqui foi um trabalho feito entre nós da Secretaria de Energia e a Secretaria de Justiça, o Procon também fez essa análise, porque nesse período aqui de fevereiro houve ocorrências realmente de regiões nobres nas áreas de Perdizes



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

que ficaram 24 horas sem luz e não foi por causa de enchente, foi por causa de realmente árvore, no sistema que a Eletropaulo faz o seguinte, ela falou, olha eu não posso mexer na árvore, não tem equipamento, mas eu preciso esperar o órgão adequado que é o bombeiro, e o bombeiro só vem quando é possível vir nesses dias que ocorrem esses negócios. Então realmente não é nenhum absurdo ter interrupções acima de 8, 10, e 12 horas nesses dias que ocorre, o que foi colocado é que, você também não pode ficar em uma cidade sem vegetação, então é um planejamento nessa questão da poda planejada que aí colocaram que isso entra na Prefeitura, isso tem um vínculo sumário na Prefeitura, o secretário eu acho que até pode falar melhor do que eu sobre isso, para prevenir essas questões, prevenir essa queda ou essa inserção de galhos de árvores sobre a rede elétrica, obviamente que é um trabalho que não é só da árvore, tem também um trabalho de planejamento da distribuidora, a distribuidora, por exemplo, em algumas áreas em São Paulo que tem essa sensibilidade poderia trabalhar com linhas compactas que são linhas que você tem um cabo de aço e ela mesmo que a árvore cai em cima ela mantém a sua funcionalidade ou linhas subterrâneas, então São Paulo também pode ter linhas subterrâneas, o que ocorre é que linhas subterrâneas hoje a ANEEL não reconhece na tarifa do ativo da Eletropaulo, porque o que ocorre, a distribuidora trabalha com tarifa, essa tarifa vai ser paga por nós, nós que pagamos a tarifa e a ANEEL reconhece só aquela linha normal ou aérea, uma faixa de passagem enorme, o que se tem que analisar e se buscar são áreas metropolitanas em algumas regiões como Oscar Freire, Oscar Freire foi feito lá com os consumidores mesmo e eles que trabalharam com a Eletropaulo para fazer aquela linha subterrânea, é buscar para algumas regiões que isso daqui é necessário, o planejamento de linha subterrânea, vai ficar mais caro? Vai, não tem dúvida nenhuma, agora isso precisa refletir na estrutura tarifária para aquela região que está sendo atendida por aquele sistema. Então isso é um trabalho, não é tudo aqui, isso daqui foi um diagnóstico, mas o planejamento da solução disso envolve a nosso ver um conjunto de ações compartilhadas, não é só ir lá e começar a cortar árvores. Eu acho que era isso. Obrigado.

Secretária Executiva Mary Lobas: Já podemos fazer as inscrições. Então nós temos inscritos o Antonio Abel, a Cristina, o José Carlos, o Mauricio e a Regina. Vamos fazer esse bloco, depois nós continuamos.

Cons. Abel: Jean, você falou depois que na melhoria teria mais tarifas ao consumidor, seria isso?

Jean Negri: Se você, por exemplo, estabelecer uma linha subterrânea, você hoje tem um padrão de atendimento, padrão de critério de planejamento de linha, se você em uma determinada região você quiser fazer uma coisa diferente, ou você divide com a Eletropaulo a diferença, que é o caso da Oscar Freire na linha subterrânea ou vai se buscar uma estrutura tarifária na ANEEL que se permita isso, por exemplo, hoje nós temos consumidores residenciais, então nós só temos duas divisões, o baixa renda e o normal, pode ter um consumidor subterrâneo, por exemplo.

Cons. Antonio Abel: A Oscar Freire, nós sabemos que a renda ali é renda alta, agora vamos falar de zona leste aqui, que tem 03 representantes, olha a Eletropaulo ela cobra só de tributo R\$ 50,08, mais R\$ 8,40 de outros produtos e serviços que ela não cita, isso eu estou falando da Eletropaulo, e por aí vai, então ela cobra permissionária, ela cobra tudo. Agora eu não sei qual é a contrapartida que ela dá para o município ou para o município de São Paulo, principalmente a



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Secretaria do Verde com poda pré-programada, qual é a contribuição que essa permissionária que ela só cobra, ela faz para o município e para os seus munícipes?

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Cristina Antunes, representante da Ciranda. Com relação ainda a essa questão das responsabilidades da Eletropaulo e a conveniência ou não do cabeamento compacto subterrâneo, nós temos várias questões que não estão devidamente articuladas, existe aqui em São Paulo uma legislação das que vem junto com o plano diretor que está em vigor, de um prazo de 10 anos para que as concessionárias de energia façam essa adequação, a partir de uma determinada data só executar cabeamento subterrâneo, isso obviamente envolve as galerias técnicas dessa cidade que são uma caixa de Pandora, ninguém sabe o que vai encontrar, mas a alternativa do cabeamento compacto que já foi muito discutido com a Eletropaulo seria perfeitamente possível e não teria esse custo, obviamente essa questão da vegetação, porque a vegetação é sempre colocada como vilã nessas horas de chuva, na verdade nós entendemos o contrário, uma vez que existe uma possibilidade técnica da convivência entre a estrutura de cabeamento e a vegetação, se por um lado cabe a administração pública administrar como foi proposto no começo essa questão de status fitossanitário das árvores para evitar acidentes que sejam evitáveis, alguns não são, a concessionária teria também que adequar até porque nós estamos realmente em uma metrópole e porque estamos em uma metrópole, temos muitas necessidade de bolsões verdes e de muita vegetação na cidade. Então criou-se uma situação que parece de embate, mas que tem que ser administrada a contento. Agora a Eletropaulo já tivemos essas discussões localmente, a informação que nós tivemos há um tempo, é que eles executaram o cabeamento subterrâneo, por exemplo, no Itaim, porque o grande número de consumidores diluiu esse custo, certo? Então a exemplo do Itaim, há outros bairros onde isso também seria diluído e, portanto o argumento do custo e da transferência desse custo para as tarifas seria desqualificado, por outro lado a Eletropaulo usa, não estou falando da Eletropaulo, porque é a concessionária da vez, qualquer outra seria igual. Desde a privatização na verdade nós tivemos uma proliferação de postes na cidade, existe também norma para isso, se eu não me engano a cada 30 metros no poste por conta do apoio dos cabos, se fosse compacto já seriam menos e não sendo compactos a Eletropaulo tem outras responsabilidades que vão além do fornecimento da distribuição da energia, que a paisagem da cidade que é o impacto que os postes causam o problema de acessibilidade que os postes comprometem na cidade inteira. E um problema mais parece mais prosaico, mas que nós temos que discutir que é a manutenção dos postes, incompreensivelmente a Prefeitura paga prestadores de serviço para pintar os postes da Eletropaulo que são propriedade particular da Eletropaulo e, portanto não deveriam ser mantidos pela Prefeitura, se todas essas questões fossem articuladas pelos órgãos de controle, eu entendo que certamente a Eletropaulo pensaria duas vezes, primeiro em botar tanto poste na cidade, se fizesse o cabeamento compacto já diminuiria e segundo ao se adequar a essa questão, por exemplo, da acessibilidade e da redução do custo que ela própria tem com os cortes de árvores, as podas de árvores, que na verdade todos nós sabemos o que acontece quando a Eletropaulo sai a rua para podar árvores. Essa conta foi estimada já há alguns anos atrás por uma equipe da Eletropaulo e sai 0 a 0, então é uma questão de haver a obrigatoriedade e a obrigatoriedade parte dos órgãos de controle, porque por mais que nós coloquemos essas questões para a Eletropaulo, eles estão em uma situação de conforto e isso não muda sem que haja uma provocação. Então eu queria saber até que ponto os órgãos de controle e a própria secretaria poderiam contribuir para fazer uma revolução nessa forma de atuação de uma



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

empresa, por exemplo, como a Eletropaulo, é óbvio que em outras cidades há um descaso, mas nós estamos em São Paulo, então estamos falando do caso daqui.

Cons. José Carlos: Bom dia. José Carlos da Secretaria de Transportes. Eu gostaria de saber o que está se pensando, o que está se estudando com relação a questão da melhoria de oferta e redução de taxaço de energia elétrica para o transporte público coletivo, nós sabemos que isso é um dificultador de planos de expansão principalmente de trolebus, metrô, trem metropolitano. E a questão da infraestrutura para ampliação, por exemplo, da rede de trolebus, afiação, subestaçoes, e tudo mais fica aquele imbróglio, quem assume como faz e não se incrementa, pelo contrário, se desativa trolebus da cidade por conta dessa questão. Outra coisa que eu queria saber também é que o incremento do carro elétrico particular é uma coisa com uma tendência bastante possível num futuro bem próximo, se está estudando a questão do oferecimento de energia, oferta para esse consumo domiciliar.

Cons. Mauricio: Bom dia. Eu só fiquei com algumas dúvidas, você fez um relato da situação dos últimos acontecimentos, mas uma vez que um grupo de trabalho, qual o horizonte de planejamento? Uma geração que são 20 anos? O horizonte de planejamento para a geração? O horizonte de planejamento para a distribuição? O horizonte de planejamento para poda de árvores, uma vez que a chuva não foi uma chuva centenária, decenária, pode ser, então eu digo estamos trabalhando no limite e isso afeta muito a parte ambiental, uma vez que o empreendimento fala, não temos uma licença ambiental, ela demora, mas nós trabalhamos com horizonte de obras que já deveriam ter sido feitas, uma vez planejado uma geração 20 anos, eu acredito que uma análise ambiental vai ter um bom termo nesse sentido não seria prejudicado, na distribuição também não, não teríamos áreas críticas como Itaim que foi adensado, porque já estaria planejado. A chuva é concebível, me falam que caiu árvore sobre a rede, mas uma chuva de quanto tempo? Centenária que se faz para barragens, isso aí eu estou falando porque sou engenheiro, decenária, uma chuva que a cada 03 pode dar o que é admissível em questão de planejamento e em questão de anos, isso eu pergunto por que é um dado eu acho que fundamental até para dimensionamento de novas obras de infraestrutura sem afetar o meio ambiente.

Cons. Vilma: Bom dia, meu nome é Vilma Geraldi, e eu represento o DEPAVE aqui da Secretaria do Verde. Eu trabalho com a Divisão de Fauna Silvestre da Prefeitura de São Paulo, eu vou colocar aqui um dos motivos de interrupção de rede, embora menor, é quando os animais arborícolas eles são eletrocutados nas vias, as vezes nos fios e as vezes em linhas de transmissão, nós temos uma estatística e um recebimento desses animais não só de São Paulo, mas da região metropolitana e as vezes da baixada Santista, em outubro de 2.008, nós tivemos uma reunião com uma diretora de Meio Ambiente da Eletropaulo e mostramos esse problema, não tivemos qualquer resposta e qualquer providencia, seria interessante que começasse a se proteger essas linhas de transmissão onde há esses tipos de animais como na Cantareira, região sul dentro da APA, entorno do Parque Alfredo Volpe aqui no Morumbi, porque realmente nós recebemos com muita frequência bugio, preguica e outros tipos de animais. Obrigada.

Cons. Regina: Eu gostaria de falar também sobre essa questão da poda, porque principalmente no Departamento de Controle onde se faz fiscalizaço ambiental e principalmente durante a campanha da poda radical, no período de julho de 2.008 até julho de 2.009, nós aprendemos



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

muita coisa com relação a essa questão e nós passamos a ter mais clareza sobre essa problemática do conflito entre poda e a necessidade dos órgãos do poder público que são responsáveis pela manutenção de sistema de infraestrutura e hoje eu queria dizer que nós somos francamente favoráveis a se mudar o sistema de controle que é feito, ao invés desses órgãos, uma CET, um corpo de bombeiros, a Eletropaulo e outros, entrarem com pedidos de autorização para poda, eles fizessem uma declaração, eles assumiriam responsabilidade para essas podas, eles fariam uma declaração, entrariam com uma declaração falando eu vou e precisamos fazer 2.000 podas, que é o caso que o pessoal da Eletropaulo contou para nós, que eles chegam a entrar entrar em uma subprefeitura às vezes com um pedido de 2.000 podas para serem analisadas e que a subprefeitura e nem o engenheiro consegue analisar 2.000 podas e o que acontece, de outra parte a própria Eletropaulo ela tem em cada gerencia dela, um técnico responsável especificamente sobre esse trabalho, essa equipe de rua e de poda. Então o que aconteceria, assim como nós multamos a Eletropaulo, não chegamos a multar a CET, mas assim como na subprefeitura se faz uso e abuso da emergência, basta colocar um X ali na emergência e chamar alguém e chamar o bombeiro e o bombeiro vai lá e corta. Então nós já conversamos com o corpo de bombeiros sobre isso, eles também são favoráveis, ele vai quando ele vê que o perigo é risco eminente e ele identifica isso e ele faz aí ele faz o que? Ele comunicaria, teria o modelo de formulário, e ele leva um comunicado dizendo eu fiz a poda na rua tal e eu estou fazendo por necessidade, ele assume essa responsabilidade, então a Subprefeitura e mais ninguém vai poder por um X e dizer vai lá e diz que ela estava caída, eu tenho um pedido de poda irregular que deu entrada um ano na subprefeitura e o laudo dizia que era risco eminente no ano. Agora a Eletropaulo tem um trabalho legal, ela tem uma equipe, ela é ultra preocupada, nós depois fomos ver, nós multamos a Eletropaulo, mas nós fomos ver que eles tinham essa preocupação em melhorar até o trabalho mesmo com a poda, tem profissional capacitado para isso. Eles tem que fazer isso, é uma necessidade para manter a infraestrutura em funcionamento. Nós concordamos com vocês, hoje eu acho que a questão da emergência tem que o bombeiro assumir, a CET ela assume, porque no caso da CET é pior, porque ela nem pede autorização, porque ela é um órgão da prefeitura e ela faz como ela pode e você sabe como são as coisas, então ela declararia para nós, tem um farol na rua tal e nós vamos fazer uma poda lá por necessidade, e ela declararia, o que faríamos nós do órgão de fiscalização? Nós fiscalizaríamos, nós passaríamos lá e vamos ver se a poda está feita corretamente, está feito, está ok. E a mesma coisa a Eletropaulo, nós entendemos que ela hoje está capacitada até para fazer a poda tecnicamente correta, é isso que eu queria falar.

Secretária Executiva Mary Lobas: Jean, você responde esse bloco?

Jean Negri: Bem rapidinho, a parte de poda monopolizou, eu vou responder ao Abel sobre a questão da tarifação e dessa questão dos tributos. Nós estamos aqui com uma visão de governo mesmo, obviamente que essa questão da Eletropaulo, a Cristina falou bem, vou até fechar por aí, a questão de articulação mesmo de buscar um entendimento conjunto dos órgãos envolvidos nisso. A fatura da Eletropaulo tem tributos, ela na verdade é um meio de arrecadação, pelos tributos o meio é a fatura da Eletropaulo, mas não vai para o caixa da Eletropaulo, se nós pegarmos a COSIPE que é contribuição de eliminação pública, vai direto para o caixa da Prefeitura, não vai para a Eletropaulo, é que a conta aí é uma questão tributária, a conta da energia elétrica é um meio um dos mais eficazes de você fazer arrecadação, tem essa parte. Então lá dentro tem um



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

monte de coisas lá realmente, tributo, COSIPA, encargo e tal. O que fundamentalmente é energia é aquela parte de fornecimento e aquela parte de encargos de transmissão, aquilo são os fios que vêm incorporados ali, a questão da margem que é o que nós vamos falar e a Eletropaulo está tendo margem ou não está, isso é regulado, tanto a agência reguladora estadual com o convênio da ANEEL ela fiscaliza esse negócio, tanto que de 4 em 4 anos é feito uma revisão tarifária e tem se mostrado ao longo dos anos que está havendo uma redução inclusive quando é feito dessa revisão tarifária, tem ocasionado coeficientes negativos por essa prestação de serviços, que na verdade a tarifa é dividida em duas parcelas, a parcela A que é uma parcela não gerenciável, essa não tem jeito, é o meio da arrecadação que está na conta e a parcela B que é a gerenciável da empresa distribuidora que ela tem então que mostrar contas para o órgão regulador, isso é feito com audiência pública e essas coisas todas, então essa questão da tarifa eu acho que tem só esse esclarecimento para ser dado. A questão do José Carlos, que é a questão do transporte, a questão da tarifa de trolebus e em carro elétrico, essa realmente é uma questão regulatória, uma questão de estrutura tarifária, é um transporte com um poder público, ele tem uma tarifa diferenciada em relação a outras tarifas implementadas na estrutura tarifária da ANEEL, eles até indicaram um desconto de 15%, então a tração elétrica, bombeamento, SABESP, a tarifa regulada ela já tem um desconto nesse nível e tal para o pagamento, o que nós sabemos por estudos realizados e que essa tarifa não tem a dimensão adequada para você fazer implementação dos projetos de implantação desse tipo de serviço, isso certamente precisa ser avaliado, precisa ser feito um estudo bem adequado de se levar isso para o órgão regulador que fixa tarifa, porque nenhum órgão regulador estadual fixa essa tarifa, ele só trabalha com convênio e ele faz fundamentalmente, o que é que eles fazem? A fiscalização, então esse realmente é um trabalho da ANEEL, que tanto a secretaria o órgão de governo aqui não se furta, nós temos ido periodicamente a ANEEL, levado questões que não nos cabem como poder concedente, o estado só tem a concessão do gás canalizado, a questão da energia elétrica é todinha privativa da união, mas nós nos furtamos a ir lá e colocar as questões e avaliar. A questão do carro elétrico é uma questão nova, é uma questão que se você implantar um ponto de consumo para carro elétrico, eu não sei regulatoriamente como isso vai ser feito, porque como a Eletropaulo é distribuidora, ela não pode vender para consumidor livre, só a Eletropaulo comercializadora, então se ela implantar um consumo, ela não pode vender isso, se ela fornecer isso para a Prefeitura, a Prefeitura só vai poder abastecer seus carros, elas não vão poder abastecer carros de terceiros, porque ela não tem a concessão para esse serviço, a não ser que ela vire uma comercializadora. Então essas questões elas precisam ser levadas para ANEEL e estruturadas, porque a ANEEL também tem se mostrado bastante aberta para esse tipo de ajuste. Na questão das podas, o que eu gostaria de dizer é o seguinte, nós simplesmente fizemos um diagnóstico, nós não entramos efetivamente no mérito do que está ocorrendo, até porque nós não temos elementos para isso, nós fizemos fundamento, uma estatística em função dos dados que foram colocados e das observações efetuadas, o que eu entendo nessa questão das podas é que, a Cristina colocou bem, é que precisa realmente de uma articulação de todos os órgãos envolvidos, existe uma questão do horizonte de operação, que é um horizonte anual, não é bicenal, não é quinquenal, não é nada disso, é anual, de você fazer uma programação preventiva desse tipo de serviço, a Eletropaulo argumenta que ela não tem equipamento para lidar com podas de grande porte, com árvores de grande porte, realmente precisa então ter uma conjugação junto com a defesa civil, junto com o bombeiro, junto com a Prefeitura, então isso é fundamental, essa articulação de cada um assumir uma responsabilidade



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

dentro desse acordo é fundamental, não é da cada um, não é individual, não adianta um empurrar para o outro, isso eu acho que é um problema que tem que ser enfrentado de frente, essa questão da eletrocussão de animais, existem linhas, o bombeiro, por exemplo, nós temos problemas na cidade, de repente um sujeito sobe em uma torre, porque brigou com a namorada e desliga uma região duas ou três horas, porque o bombeiro só sobe se você desliga a energia, ele não sobe na torre para tirar o sujeito lá de cima, ainda mais quando tem televisão, aí que ele fica lá mais tempo, então hoje tem linhas de distribuição isoladas, que você de repente em regiões que tenham essa incidência maior você pode trabalhar com essas linhas sem precisar desenergizar e sem ter provocação de animais, mas isso eu vou até dizer o que a Cristina colocou, é um acordo que tem que ser feito em várias mãos, eu acho que não é de uma mão só, é por aí. E a Secretaria da Energia ela está aí exatamente para servir de articuladora para verificar esses entraves, porque nós também não temos essa competência de determinar isso, aquilo e aquilo outro, para poder levar para um órgão federal, que eu acho que isso tem funcionado, aquelas 14 obras prioritárias funcionaram bem quando nós colocamos essa questão, então São Paulo realmente tem peso no órgão federal e os órgãos locais que tem essa atividade, eu acho que é fundamental que se trabalhe, tem que cobrar mesmo da distribuidora, se uma região necessita de uma solução diferenciada, se buscar aquela solução, em um prazo de planejamento que é de 2, 3, 5 anos, uma linha subterrânea, uma linha compacta, fazer um planejamento, porque veja bem, hoje do jeito que está, eles vão trabalhar só com indicadores, eles também tem que ser provocados, olha, nós vamos trabalhar em uma articulação de árvores e tal, mas nós queremos linha compacta ou um plano diretor para implantação de linha compacta, um plano diretor para implantação de linha subterrânea. Linha subterrânea também não imune veja o que aconteceu no Rio de Janeiro, existe aquele sistema malhado, a hora que dá um defeito na linha subterrânea, aí para achar não é fácil. Nós estamos indo agora também para uma evolução de linhas, temos um "smartmid", que são linhas inteligentes com medidores inteligentes, então isso também eu acho que São Paulo pode sair na frente de junto com a Eletropaulo, buscar regiões de maior visibilidade, regiões típicas e estabelecer um plano piloto para implementação de "smartgrid", eu tive semana passada na CPFL lá na região de Campinas, eles já estão identificando na região locais para instalação de regiões do "smartgrid", a "smartgrid" é a evolução de ponta do sistema, são medidores inteligentes, em que o próprio consumidor pode até se tornar alto produtor, e trocar energia com a rede, essa coisa toda, medidores que você controla sua demanda, então é um trabalho que eu acho que é fundamental para estar se fazendo junto com a Prefeitura. Eu acho que eu respondi toda. A questão do planejamento que o Mauricio colocou. Mauricio o planejamento da geração, realmente são 10 anos, o da transmissão são 10 anos, são 10 anos que você leva para você consumir um projeto de geração, não tem jeito, entre inventário, estudos, licitação e implantação da obra, 10 anos. Então, esse é o planejamento, é o horizonte indicativo, horizonte determinativo, são 5 anos, que são os leilões, porque veja bem, você planeja a geração 10 anos, a obra que você ainda está em concepção, está no papel, está no inventário, está na viabilidade e você contrata 5 anos antes, então o determinístico da geração são 05 anos, que são as licitações do A-5 da energia 9, aí o que ocorre, é feito um planejamento em conjunção com a distribuição e aí trabalha bem essa questão da evolução de mercado, a EPE congrega todas as distribuidoras e faz avaliação de mercado, projeção de mercado e 05 anos a frente a distribuidora é responsável pelo mercado que ela está indicando, então se o mercado der a mais ou a menos, é responsabilidade dela esse acerto, o sistema atende o mercado que ela indicou e aí se faz os leilões e contrata a geração. E a



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

transmissão vem a reboque, porque dependendo de onde sair a geração, você tem que fazer os reforços de linha, porque cada geração que entra ela mexe no sistema e aí você precisa fazer os reforços de linha para atender aquela geração.

Secretária Executiva Mary Lobas: Nós temos inscritos o Cláudio, o Ricardo, o Moliterno, a Yara e a Regina, alguém mais?

Cons. Cláudio: Bom dia, Cláudio, da Secretária das Subprefeituras. Foi exposto aqui que a matriz energética está se tornando mais térmica, eu gostaria de saber qual o motivo para essa tendência e se ela tem a mesma tendência, se dá para saber no Município de São Paulo, como é essa matriz, se ela é mais térmica ou não?

Cons. Ricardo: Meu nome é Ricardo e eu trabalho na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, na verdade eu quero fazer mais até uma provocação e saber um pouco como que é essas questões que estão andando hoje a nível da Prefeitura, porque me parece que a forma mais apropriada para se equacionar essa questão da arborização seria a criação e implantação e um plano diretor de arborização, para o município e com a participação das concessionárias de energia e a Secretaria de Energia, Prefeitura que tem muita contribuição a dar para que se definisse, por exemplo, a expansão de linhas compactas, aonde subterrâneas, aonde troca de arborização, e aonde se fariam alterações, enfim partir-se-ia de um diagnóstico da arborização do município e a implantação de um cadastro que seria a base para a elaboração desse plano, que é um inventário da arborização, a partir daí se tem elementos para elaborar um plano e um projeto de arborização, é uma obra de longo prazo, é um trabalho de longo prazo, mas nem precisa ser iniciado, se é que já não está sendo, deixo essa questão.

Cons. Moliterno: Moliterno, do Instituto de Engenharia, Jean, parabéns pela sua exposição, os aspectos técnicos eu vou pular e eu vou voltar aqui para minha colega Cristina, que eu acho que a Eletropaulo trabalha em uma zona de conforto invejável e é muito fácil ela falar que ela não tem equipamentos, embora não seja crível para retirarmos em dias de ocorrências mais críticas, eu acho assim, a Defesa Civil de São Paulo, ela trabalha muitíssimo bem e por isso é que ela nunca aparece. Então é muito fácil para a Eletropaulo descarregar essa retirada de árvores, para cima de bombeiros, de Defesa Civil, quando isso na verdade vem ser uma função dela, porque cabe a ela restituir a ligação de energia, então eu acho que esse é um caminho que tem que ser conversado com ela e cabe aos órgãos reguladores, impor isso a ela, obrigado.

Cons. Yara: Yara, representando a Sul I. Considerando que o barato sai caro, lembrando que São Paulo é a maior metrópole da América do Sul, considerando que a falta da vegetação hoje são as causas das mudanças climáticas e consequência dos eventos aqui em São Paulo, em relação a fios e derrubadas de árvores, gostaria de se saber se a Eletropaulo tem interesse de conciliar esses conflitos junto a ANEEL na busca, por exemplo, de modelo da Oscar Freire, dos fios subterrâneos para a capital.

Cons. Regina: Eu vou aproveitar que o Jean Negri está aí e conhece bem o sistema regulatório, nós estamos com um problema com os loteamentos irregulares, com relação a ligação em áreas de expansão de frente de ocupação irregular, principalmente áreas de mananciais, áreas de interesse



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

ambiental, APA da Várzea do Tietê, e nós conversamos com a Eletropaulo, e o que a Eletropaulo disse para nós o seguinte, eu pela concessão que eu tenho, se eu não posso me negar a oferecer o serviço, então se alguém chegar, se uma pessoa me fizer um pedido de ligação eu sou obrigada a atender, foi isso que ele argumentou conosco. Então eu queria perguntar se nesse modelo de sistema regulatório é possível algum tipo de regulação para impedir ou para garantir que as distribuidoras não façam instalações inclusive de posses em áreas, porque eles dizem também no problema de que a rede está carregada, hoje nós até medimos o avanço da ocupação onde a rede tem mais problemas, nós sabemos que Pirituba está expandindo muito mais do que na zona sul, mas existiria algum tipo de mecanismo via regulação que impedisse que as distribuidoras oferecessem esse serviço nesses locais, porque esse é um tipo de infraestrutura que ele compete para manter aquela ocupação lá, a maior parte das pessoas que são alvos de ações e desocupações nossas, eles apresentam como um único documento a conta de luz. Então eu queria que você falasse se é possível isso, é lógico que eu sei que talvez economicamente não interesse para esses termos, mas eu queria saber se é possível algum tipo de regulação.

Cons. Walter: Bom dia a todos, Walter Pires, representante da Secretaria Municipal de Cultura, e eu queria perguntar para o professor Negri, duas questões, você se referiu a um planejamento de expansão, enfim, um grupo técnico que faria essa avaliação, se referiu também a uma percepção já de uma expansão industrial e de adensamento na região do Rodoanel, enfim, e eu queria perguntar como isso é definido, são evidentemente percepções de modificações urbanas importantes que envolve não só a questão da energia, mas exatamente outros aspectos infraestruturais, como abastecimentos de água, enfim. Como é que isso funciona em termos de organização do Governo do Estado, essa articulação de informações que permitam um planejamento de longo prazo, médio prazo, enfim, como é que isso tem funcionado. E o rebatimento disso na questão da decisão de intervenção territorial, em São Paulo tem certamente áreas de expansão, região leste e Jacu Pêssego, enfim, houve a referência agora em relação a Pirituba, enfim, certamente estão havendo movimentos de adensamentos em vários pontos da cidade, mas há também, digamos um momento anterior de modificação de certos bairros tradicionais da cidade, nos bairros de ocupação industrial mais tradicional que hoje estão aguardando a modificação do bairro importante, há já alguma indicação de alterações desse tipo, há planejamento em relação a infraestrutura para bairros tradicionais além da indústria inicial de ocupação em São Paulo, enfim, o pouco que essa macro percepção da cidade ocorre no caso da Secretaria de Energia, mas no Governo do Estado como um todo.

Cons. Alejandra: Eu gostaria de fazer uma pergunta muito simples, será que uma canaleta de infraestrutura resolveria esse problema de enterramento das linhas e aí essa pergunta também vale para o pessoal da SIURB, como a SIURB enxerga essa possibilidade de exigir que essa canaleta seja feita em toda obra de remodelação e já uma canaleta, a infraestrutura colocada no leito da rua.

Cons. Roberto Molin: Bom, então aproveitando essa colocação da Alejandra e meio na linha do que a Cristina, do que o Moliterno também falou, nós já tivemos algumas discussões com a Eletropaulo, inclusive com a CETEP, eu vou dar um exemplo específico que é um projeto que a EMURB está fazendo que é o apoio norte, o apoio norte é uma via no sentido Leste e Oeste, que ela está projetada onde hoje situa um linhão de alta tensão da Eletropaulo, se eu não me engano



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

235 KV, são 2 linhões da Eletropaulo, 2 linhões da CETEP, e a única possibilidade de execução dessa via é com internamento dessa rede, na realidade a discussão com a Eletropaulo e com a própria CETESB, ela parte do pressuposto que como você mesmo falou, a ANEEL não contempla isso no repasse das tarifas, então como é que eles vão fazer um enterramento se ele não pode ser ressarcido desse processo, teria que haver um acordo um pouco mais amplo. De qualquer forma a EMURB está projetando, já houve um entendimento entre as duas empresas e a EMURB vai projetar também o enterramento através de galerias específicas para essas redes e eu queria inclusive entrar nesse mérito que você falou e nós sentimos isso também da Eletropaulo e da própria CETEP, que eles estão acostumados com a linha área, eles não estão acostumados com enterramento, tem uma questão de alguns técnicos terem alguma reticência em relação a isso, e você falou que no Rio de Janeiro, não sei se é no Rio de Janeiro, isso provoca alguns problemas, porque a própria manutenção e a identificação de algum problema são complicadas, agora essa identificação, é complicada por quê? Porque a rede é simplesmente "envelopada" e jogada, enterrada no pavimento sem uma galeria especificadamente projetada com poços de visitas adequados com espaçamentos corretos ou simplesmente ela é de difícil identificação, sem considerar o smart, esse processo novo. Então a pergunta seria essa, se a dificuldade em função do enterramento vamos dizer assim, mais desqualificado ou com um enterramento mais qualificado do que poderia acontecer. E até respondendo a Alejandra existe uma Lei municipal em que qualquer empreendimento viário novo obrigatoriamente você tem que projeta-lo já considerando enterramento da rede, pode ser primária, secundária, enfim, o grande problema é que alguns projetos já foram desenvolvidos antes dessa legislação entrar em vigor, então o poder público e a própria SIURB tem que reprojeta muita coisa que já foi projetada lá no passado.

Presidente Eduardo Jorge: Essa discussão nossa aqui, é importante contando o conselho novo, novamente eu quero insistir naquela noção do licenciamento, vocês viram que a exposição atribui lá no final da linha a área ambiental um fator de demora e dificuldade a atividade econômica do Brasil muito grande, muitas vezes vem por causa disso, por causa da demora do licenciamento, há muitos motivos para a demora do licenciamento, algumas são atribuídas e devem ser atribuídas a nós mesmos, do SISNAMA, inclusive os conselhos municipais, estaduais e nacionais. De toda forma eu insisto nesse ponto, a área ambiental, eu que não sou da área ambiental, a área ambiental tem que ter uma postura de rigor ao mesmo tempo de procurar impor o ritmo nas suas decisões, não pode ser só uma coisa e nem outra, tem que ter rigor e tem que ter ritmo, para não ficar sendo a vilã de parar a economia nacional como dizem algumas pessoas do século XX, então eu tenho insistido aqui conosco isso, parece uma coisa chata, mas é importante que o órgão do SISNAMA tenha esses dois princípios, rigor e ritmo, rigor porque os engenheiros, eles não são engenheiros, são arquitetos, eles têm que ser desafiados a dar uma resposta adequada a segurança ambiental e eles dão, se eles forem exigidos, eles vão dar, mas nós também temos que ter ritmo nesse processo. Então qual é o que se prevê na Lei, que a Licença Ambiental Prévia tenha licença de instalação e tenha licença de operação, veja que o sistema é bastante rigoroso, nós temos aqui essa reunião que é decorrente daquele pedido de urgência que a Secretária Dilma fez para a Secretaria do Verde em relação a Piratininga, que era realmente como se viu uma emergência, não por culpa nossa, mas por outros fatores que estavam atrasadíssimo, a secretaria, o conselho e o DECONT teve capacidade de dar resposta com a rapidez que a secretária e o sistema de energia precisavam na LAP, agora a LAI ainda não saiu. Então a LAP que é a Licença Ambiental Prévia, foi



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

feito o estudo pelo DECONT e o conselho aprovou, a empreendedora esteve aqui fez a disposição, foi para uma reunião extraordinária da véspera de natal, quem é remanescente do conselho sabe disso, nós nos reunimos na véspera de natal para discutir e votar, e agora em janeiro, fevereiro, março e abril, eles estão discutindo com o DECONT a LAI e ainda não saiu a LAI, vejam como é um processo importante, primeiro nós não podemos na LAP querer exigir tudo que a LAI e a LAU ainda vão fazer, porque as vezes nós ficamos em uma postura e queremos fazer uma LAP tão exigente e tão detalhista que termina atrasando tudo, é uma insegurança talvez para o desconhecimento ainda desse processo, ainda vai ter a LAI, ainda vai ter a LAU, que vai dar a licença de operação e ela ainda vai ter a chance no DECONT na LAU de contestar se pode funcionar ou não funcionar. Então é importante, nós vamos continuar licenciando e ter essa noção, é LAP, é LAI e é LAU, não se pode ter tudo na LAP, não se pode ter tudo na LAI e na LAU sim, que é a definitiva, então vamos ver se nós conseguimos terminar essa LAI e eles começam a trabalhar, e outra coisa, a LAI que é uma coisa mais interna do DECONT é aberta ao acompanhamento dos conselheiros, os conselheiros que se interessarem mais para algum assunto específico, e depois da LAP quiserem continuar acompanhando é só falar como eu disse aqui com a Regina e ir acompanhando o processo da LAI que tem lá no DECONT para ver isso. Esse é um setor vital, já se viram aqui como ele é vital, a economia de um país não funcionaria sem que a questão da energia fosse equacionada, do ponto de vista do plano de arborização, a Prefeitura tinha um plano de arborização antes de 2.005, era não arborizar, esse era o plano, é muito simples não arboriza e aí a cidade fica totalmente a disposição das várias atividades econômicas para as quais a árvore tem algum tipo de problema, porque não é só a energia, têm muitas outras, até limpar uma calha de uma casa. Então essa era a idéia, a árvore, a arborização, não é prioridade, aqui de 2.005 para cá a arborização passou a ser prioridade, nós estamos seguindo o ritmo e chegamos no ano passado a 203.000 plantios feitos e vai continuar nesse ritmo, porque o acordo do prefeito com a Câmara é plantar 200.000 por ano e vai plantar, depois discute com a Secretaria de Transportes, com a Secretaria de Obras, se tem uma área disponível eu vou plantar, essa é a orientação da Secretaria do Verde e depois discute, porque a área vai ficar lá parada, porque vai ter um projeto para daqui não sei quantos anos que ninguém sabe quando é que vai vir, enquanto isso fica lá a terra rasa. Planta e depois discute, se precisar compensar, compensa, já vi alguns locais que nós plantamos que tinha um projeto, não apareceu projeto até hoje. Então nós começamos a se colocar como o protagonista, aí você começa a falar, agora nós temos o plano diretor que nós falamos, realmente é necessário, nós temos o pessoal estudando, é isso que a Cristina quer discutir aqui na verdade, que vários pontos estão trabalhando para chegar ao ponto desse tipo, mas já tem o manual de plantio, tem o manual de poda, a portaria de poda que esse conselho aqui aprovou há 02 ou 03 anos atrás e aí agora tem a norma de podar, quem podar em desacordo com a norma aprovada pelo conselho é multado e a Regina aplica a Lei Federal, Lei Federal significa R\$ 10.000,00. Então isso causou escândalo na cidade, "ah podou uma árvore radical como sempre podaram ***", e a Regina aplicou multas de R\$ 10.000,00, o sujeito fica abismado, aí vai para a justiça, mas ela está aplicando, porque a questão da árvore tem que entrar como um protagonista do urbanismo na cidade, então com isso nós vamos criando um ambiente para criar esse diálogo necessário e esse atendimento necessário, mas agora nós da arborização entrando como sujeitos e não como fim da fila que sempre fomos.

Cons. Maria José: Secretário eu posso fazer uma parte?



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Presidente Eduardo Jorge: Sim.

Cons. Maria José: Bom, eu sou da Associação Comercial de São Paulo e lá nós temos 15 distritais, espalhados por toda cidade e a distrital da Vila Maria, por exemplo, que tentou fazer todo um projeto de arborização, porque parece que um dos bairros de maior necessidade de arborização é a Vila Maria, inclusive eles dizem que tem 2 ou 3 graus de temperatura a mais, comparadas há outras áreas da cidade e nem tanto, lá eles tem uma dificuldade da própria população, porque existem algumas senhoras que não aceitam que sejam plantados árvore na frente da sua casa e aí joga água fervendo e joga óleo quente, então eu queria saber se existe alguma possibilidade de nós fazermos um projeto de conscientização da população dessa necessidade através de publicidade ou seja lá o que for, paralelo a Lei, porque só a Lei eu acho que nem sempre é suficiente.

Presidente Eduardo Jorge: Sábado foi o lançamento do Parque do Trote, da 2º etapa do plano de arborização da Vila Maria em conjunto com a Associação Social, Subprefeitura e Secretaria do Verde. Então tem sido feito isso em várias regiões com apoio de entidades e com a Associação Comercial, no caso da Vila Maria, é um pessoal particularmente ativo disso daí e a secretaria inclusive tem a possibilidade de plantar com as entidades, nós financiamos os plantios com as entidades, porque realmente as entidades podem ter uma interrupção muito mais íntima do que a Prefeitura com a população, então há várias possibilidades, se a Associação Comercial quer fazer plantio em conjunto conosco, tem forma inclusive de nós financiarmos o plantio com apoio do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Mas no que eu queria chegar, em um ponto que a Secretaria de Energia pode nos ajudar, são dois pontos, mas antes eu queria fazer só dois comentários que eu anotei nas conversas aqui com vocês, a história do enterramento que já vai a 03 anos essa novela dessa Lei, que uma comissão especial da Secretaria de Governo, sediada na Secretaria de Governo, a Secretaria do Verde tem sido um dos mais frequentes nas reuniões dos capítulos dessa novela, tanto que o primeiro local que vai ter enterramento efetivo é aqui no Ibirapuera, vocês estão vendo essas obras aqui que começou em janeiro e até junho ou julho a Eletropaulo vai entregar todo o cabeamento subterrâneo do Ibirapuera e vão tirar esses postes inteirinhos daqui, todos, é o primeiro lugar da cidade de São Paulo, onde a tal Lei há 03 anos vai ser cumprida, porque nós ficamos lá insistindo e o Ibirapuera é o primeiro lugar da fila, é a 1º experiência desse tipo, mas a Eletropaulo realmente coloca esses obstáculos, coloca obstáculos disso não poder ser incorporado na tarifa e não poder ser cobrados na cidade. Aqui a Eletropaulo depois desses 03 anos concordou em começar esse trabalho no Ibirapuera é o primeiro lugar da cidade de São Paulo. Até junho ou julho, todos esses postes aqui devem estar saindo, porque é uma coisa importante para mostrar a cidade como isso muda, qual é o impacto positivo que isso tem, mas está muito difícil a discussão por causa da não possibilidade de incorporação na tarifa. Uma outra questão Yara, só para não deixar prosperar, a questão de mudanças climáticas é o problema econômico social e ambiental mais grave da humanidade, isso tem insistido aqui desde 2.005, mas também nós precisamos ter cuidado, porque senão a espécie de pomada mágica para todos os problemas, no caso da vegetação, não é a cidade de São Paulo, não é a vegetação que causa mudanças climáticas na cidade de São Paulo, isso se fala do Amazônia, é a incapacidade do Brasil de cuidar da Amazônia, no caso da cidade de São Paulo pelo inventário nosso é o lixo e a energia, então mudança climática e aquecimento global, em uma cidade como São Paulo é o lixo que nós



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

produzimos, nós todos e a forma como isso é processada e a energia que nós gastamos para a cidade funcionar, no caso da energia o que é? 75% de mudanças climáticas em São Paulo é gasto de energia e 25% é lixo, depois tem traços, mas o essencial da contribuição nossa da cidade de São Paulo com o aquecimento global é 25% do lixo, 75% é energia, dos 75% de energia, 10% é energia produzida nessa matriz que ele expôs aqui, e que é basicamente por represas e hidrelétrica e 90% é uso de combustível fóssil, ou seja, todos os carros, as motos do Moliterno, todos esses, é isso que produz aquecimento global na cidade de São Paulo. Mas o que eu quero dizer é em relação a Secretaria de Energia, duas coisas vocês podem ajudar, primeiro essa discussão da relação da fiação, da poda, da arborização, porque existe uma divisão de trabalho na Prefeitura, poda é com a subprefeitura e corte é com a Secretaria do Verde, eu já fui testemunha, porque a Secretaria do Verde tem tentado ajudar a subprefeitura e várias tentativas da subprefeitura e a coordenação, é de chegar a um acordo com a Eletropaulo para fazer a forma mais rápida de autorização de podas, chegou até a ter um convênio quase assinado que não foi assinado, então as secretarias, subprefeituras e Eletropaulo, com o nosso testemunho, tem tentado chegar, é isso que a Regina falou em forma mais ágil, mas até agora não chegou, se a Secretaria de Energia participar desse processo que eu acho que tem que ser coordenado pelas secretarias e subprefeituras com a Secretaria do Verde ajudando, eu acho que vocês podem ajudar e aí você avisar isso ao Ronaldo, que a Secretaria da Energia, quando for falar com a Eletropaulo, com esse problema da poda que é participar. E a 2ª é a questão do transporte, que a obra da Secretaria de Transporte falou e que é verdade, o esforço de expansão de transporte limpo com tração elétrica aqui na cidade de São Paulo, com esse investimento todo do metrô, a recuperação do trem, a manutenção dos trolebus, é muito travado por causa do preço que ele paga para essa energia e toda vez que se tentou na ANEEL que se tivesse uma outra postura para que o transporte elétrico fosse mais econômico, viável no ponto de vista econômico, a ANEEL foi flexível, não concordou em mudar atual padrão de cobrança da energia para o metrô, para o trem e para o trolebus, isso dificulta o setor de transporte evoluir com o transporte realmente mais livre que seria de tração elétrica, então essa é outra coisa que a Secretaria de Transportes pode nos ajudar, até agora a Prefeitura tentou sem sucesso que houvesse um tratamento diferenciado do transporte com tração elétrica no caso da tarifa.

Cons. Yara: Retorno a colocação do Sr. Secretário Eduardo Jorge, eu não me relacionei ao aquecimento global, ao efeito estufa global, eu me relacionei local, metrópole de São Paulo, com a pavimentação e a falta de vegetação, temos como resultados as ilhas de calor que provocam eventos atmosféricos e climáticos. Tivemos vários apontados hoje pela Aneel, 13% destes eventos atmosféricos e quedas de árvores seguidos de impactos em fios: 55%. Se somarmos os 2 juntos, as árvores são vítimas, portanto conciliar conflitos na busca de fios subterrâneos, Eletropaulo junto a ANEEL vai com certeza melhorar muito os problemas de São Paulo relacionados a energia. A ANEEL, considerar 55% as árvores como culpadas de impactos na energia? As árvores são vítimas. Hoje ninguém mais as reconhece como necessárias, se temos aqui Leis, Resoluções severas no município pela Secretaria do Verde, parabéns-os. Até o ano passado, foi aprovada uma Resolução de podas de árvores, é rigorosa, mas a questão é local e não global que segue-se do "El Niño", aquecimento dos oceanos. Muito obrigada.



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Presidente Eduardo Jorge: Aí está certo, você tem razão, o que você falou é mudanças climáticas, então é preciso ter cuidado, porque senão as mudanças climáticas passam a ser explicado, no caso das ilhas de calor, em comparação, por exemplo, de um bairro como lá no alto do Boa Vista com Guaianazes é evidente, Guaianazes tem 3, 4 graus a mais hoje no ano de 2.010, então isso já é um efeito local por um problema de falta de arborização em Guaianazes, isso é fato, é por isso que a arborização é uma coisa tão importante no ponto de vista da saúde pública e é por isso que nós viemos tentando plantar com todas essas dificuldades, a vegetação na cidade tem um efeito, a ampliação da vegetação tem um efeito de mitigação, isso aí já é mudanças climáticas, tanto que esse plantio de 200.000 árvores por ano das subprefeituras de São Paulo, significa uma neutralização de 45% das emissões que a máquina da Prefeitura produz, é uma boa coisa, mas o que eu quero dizer é uma coisa pequena quando se compara com a questão do lixo e da energia, mudança climática na cidade de São Paulo é lixo e energia, claro a arborização tem o efeito de mitigação, contribui e assim de galho em galho reformando a árvore, mas mudanças climáticas em São Paulo é lixo e energia.

Cons. Mauricio: Sr. presidente posso.

Secretária Executiva Mary Lobas: Só um pouquinho Mauricio, a Cristina está na frente e depois você e acho que podemos passar ao Jean, que ainda não respondeu.

Cons. Cristina: Tem algumas questões que tem relação com o calcanhar de Aquiles de qualquer administração, que é a fiscalização, então eu pergunto ao secretário, ao Jean e a Regina, como é que se pretende fazer, tornar eficaz, por exemplo, a fiscalização uma vez dada a LAU, eu outro dia li uma matéria do secretário falando a respeito da obra das marginais e mostrando que existe um compromisso que terá que ser cumprido, uma vez dada a LAU, porque nós vemos e eu peço até que vocês me corrijam se isso não for verdade, o que nós vemos e nós temos um caso específico lá na Avenida Vereador José de Diniz que o secretário também está acompanhando. O processo não chega ao fim e eu pergunto, não chegando ao fim, basta multar quando vocês falam Regina que vocês vão com uma proposta da autorização é liberar a CET e a Eletropaulo para mediante a uma declaração de responsabilidade efetuar um corte, você falou que o papel da secretaria será de fiscalizar um dano irreversível e cobrar uma multa, isso daqui resolve o problema? Isso daqui basta? E a mesma coisa com relação ao ressarcimento por grandes ou pequenos apagões, isso daqui é automático? Como é que se controla? Como é que os órgãos de fiscalização vão conseguir acompanhar isso, você recebeu o ressarcimento e eu não recebi não, então... E mais um comentário, por exemplo, mesmo em casos onde a Eletropaulo fez o cabeamento subterrâneo, o poste continua sendo dela, ela continua sendo responsável pela manutenção e ela aluga esses postes, nós vemos isso em muitas avenidas onde o cabeamento da eletricidade está enterrado, nós vemos passar cabo de telefone nos cabos postes que não tem mais o cabeamento da Eletropaulo, quem fiscaliza isso? Como é que nós vamos conseguir acompanhar isso? E outra vez, basta multar?

Cons. Moliterno: Eu só queria fazer um complemento, acho que não é o fórum, mas já que você tocou no assunto, há uns 03 anos atrás eu morava em Pinheiros e eu tive em uma dessas quedas de tensão, eu tive 02 aparelhos queimados, 01 dos aparelhos é uma televisão, a Eletropaulo não reconheceu que foi a queda de tensão, porque não tinha atingido a fonte como se a fonte fosse um obstáculo para queimar o resto do aparelho, mas o outro aparelho, era um rádio relógio



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

despertador, que o orçamento, é interessante isso, o orçamento para concertar era R\$ 70,00, mas não tinha mais peça para ele. Então eles não me dão um rádio relógio novo, eles me dão R\$ 70,00, eu moro em Pinheiros, tem uma agência na Faria Lima, só que para eu receber esse dinheiro, eu preciso ir pessoalmente a uma das 05 agências da região metropolitana, Osasco, Barueri, Taboão da Serra, tinham mais 02 nessas regiões. Eu tenho até hoje o papel, se vocês, quiserem, eu posso trazer, vocês estão rindo? É verdade, eu não podia mandar alguém, eu precisaria ir pessoalmente, ou seja, se eu trabalho na Prefeitura, o secretário tem que me dispensar de um dia de trabalho para eu ir até Osasco ou Taboão da Serra receber o dinheiro. Então quando nós falamos da zona de conforto da Eletropaulo, isso também não é com a secretaria, nós sabemos que é com a ANEEL, quem já fez uma queixa na ANEEL sabe também como funciona, então eu fico profundamente irado quando se trata disso, mas é só para complementar a colocação da Cristina.

Secretária Executiva Mary Lobas: Mauricio.

Cons. Mauricio: Eu queria colocar, o nosso palestrante ele não é da Eletropaulo, ele pode até advogar pela Prefeitura junto a Eletropaulo pelo conselho e eu queria perguntar para o Sr. presidente do conselho, o secretário, qual a conveniência de um estudo jurídico, sobre de quem é o poder concedente da utilização do passeio público para a distribuição de energia? A distribuidora? A distribuidora. Federal? Federal. Mas quando se utiliza o passeio público? Quando essa fiação ela fica precária em forma de postes, porque? Porque ela fica precária, ela é sujeita a intempéries, ela é sujeita a queda da vegetação, as vezes obriga a poda da vegetação não necessária em outras circunstancias, esses postes pertencem a quem? Uma vez que estando no domínio público, em face do domínio público que são passeios, será que esses postes eles tem que ser incorporados ao patrimônio municipal? Se alguém construir em um terreno municipal, aquela bem feitoria será municipal. Então o poder concedente de distribuição, mas do uso e com a oneração por esse uso para que a secretaria possa ter a questão da poda, eu ia pedir uma colaboração nesse sentido, uma colaboração jurídica de colocar a quem pertence o passeio público e tudo que é bem feito de bem feitoria, não só junto a Eletropaulo, mas junto a Telefônica, a Net, a Net eu nem quero falar que é Globo, entende? Será que não tem que pedir permissão para colocar um poste em vez dela multar no loteamento irregular? Por que isso se confunde um pouco quando a distribuição ela é feita pelo estado, uma vez que o município eu acho que tem alguma prerrogativa. Eu peço se for conveniente, que se coloque em Ata ou pelo menos respondam se é conveniente se discutir isso aqui hoje ou em outra reunião entre os conselheiros, trazer os subsídios jurídicos, só isso. Muito obrigado.

Jean Negri: Pela ordem aqui, o Cláudio tinha perguntado a questão das térmicas. Cláudio, a introdução dessas térmicas foi falha de planejamento mesmo, o que ocorreu, o que ocorre, foi criado aquele órgão de planejamento de 2.004 e não se teve e ainda não se tem projetos hidroelétricos em um portfólio suficiente para se colocar a disposição para as licitações. Então você tem carência de projetos hidrelétricos, aí como o sistema cresce não tem jeito, você é obrigado a atender, aí vai se buscar as fontes que são mais viáveis, o que é um contra senso, porque o projeto hidrelétrico que é a nossa grande vocação, ele não é enfrentado da forma que deve ser enfrentado, ele é enfrentado do jeito que nós estamos vendo inclusive essa questão do Madeira, do Belo Monte, lá na região norte e se vai em uma rota de termo elétrica que é mais um licenciamento com autorização, mais um licenciamento leve, está certo que é mais local e se



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

acabou colocando todas essas usinas no sistema, hoje nós temos na verdade para entrar 10.000 megawatts de usinas termo elétricas nesse planejamento. Então o que nós entendemos que está faltando projeto hidrelétrico viável para ser colocado para a licitação, isso é estudo e o estudo está todo canalizado na EPE, então com essa revisão do modelo não se possibilitou mais o privado fazer estudos de escritórios que tem competência, inteligência, fora do setor governamental não se incentivou o pessoal a fazer isso tudo, então os estudos hoje estão todos concentrados na área federal e tem uma fila, tem um gargalo, não tem jeito, então você vê, o que saiu realmente disso tudo foi o Madeira e o Belo Monte, que na verdade não é estudo dessa época, o Madeira também não é, o Belo Monte vem se estudando a mais de 20 anos, o Madeira também, são empreendimentos antigos. Então esse foi o principal ponto. A questão do município, nós publicamos, agora 02 anos atrás publicamos um anuário estatístico de fontes municipais, e é uma importante fonte para verificar como os municípios estão consumindo a sua energia, a sua participação, seja fonte derivado de petróleo, a energia elétrica e gás, então isso inclusive é distribuído para todos os municípios, o que ocorre em São Paulo como estado, eu não tenho o dado do município, mas como estado, é que São Paulo é uma das ou a maior região do mundo em termos renováveis, a nossa matriz hoje 53% é renovável, é hidroelétrica e é etanol, o restante é fóssil, é derivados nem o Brasil tem essa matriz, em termos de matriz energética não elétrica, então essa é a questão do Cláudio. A questão do Ricardo eu acho que o secretário já respondeu essa questão do plano diretor, eu acho que já está bem, é nessa linha mesmo. A questão do Instituto de Engenharia, árvores grandes, corte, é a justificativa da Eletropaulo, na verdade a Secretária até concorda, ela tem a mesma posição que você externou aqui, você poderia eventualmente fazer um contrato com uma empresa que tivesse esse equipamento para um aluguel de tantas horas por ano e aí quando tivesse essa questão você pudesse acionar esse aluguel, aí nós voltamos a insistir, eu acho aí que realmente tem que ter um plano para considerar e contemplar todas essas questões. A Yara eu acho que também já foi colocada aí pelo plano diretor. E a Regina eu me lembro que na secretaria quando nós entramos, a eletro estava fazendo ligação em uma área clandestina, isso realmente vinha acontecendo, era uma área de ocupação no Vale do Ribeira e o Meio Ambiente nos solicitou auxílio nessa questão, como é que a eletro em uma área clandestina que nós estamos pedindo desocupação vai e implanta poste, então aí falta um pouco de sintonia entre os órgãos nessa questão e eu acho que pode ser aperfeiçoado esse processo, porque a ANEEL em uma resolução que é a Resolução nº456 de fornecimento, estabelece quais são os documentos legais para o consumidor solicitar re-ligação ou ligação nova e acho que aí pode se criar um rigor maior tipo estrutura, eu não sei, alguma coisa assim para esse tipo de evento, para esse tipo de questão, isso eu acho que é plenamente possível de se fazer um rito burocrático mais adequado para evitar esses tipos de coisas, porque não adianta, eu sei, por exemplo, que a Eletropaulo em algumas regiões em que ela sabe que há fraude, não é o caso, mas há fraude e há "gatos", aquela coisa toda, ela limita pelo transformador, então ela coloca no transformador que tem uma carga limitada, porque daí quando passou da carga desliga, não tem jeito de ter isso, é muito comum em áreas que você não acessa. A questão do planejamento integrado estratégico, o Estado tem realmente, isso é liderado pela Secretaria de Planejamento, tanto que esse grupo da Copa 2.014 foi formado e eles que fazem toda essa coordenação, saneamento, energia, desenvolvimento, inclusive o estado tem a AES investe São Paulo hoje, que é a porta de entrada de novos agentes interessados em entrar, em expandir, então o planejamento que controla toda essa questão das infraestruturas necessárias para o estado. A questão do



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

subterrâneo que o Roberto e a Alejandra colocaram é fundamental realmente e eu acho que não é a energia que deveria estar fazendo isso e se conhecer o que tem embaixo da terra, esse inventário fundamental exatamente para depois de uma situação de manutenção e correção se ter o conhecimento adequado nisso, o que eu falei lá do Rio de Janeiro, é que o sistema do Rio é extremamente malhado então na hora que você tem o subterrâneo, você tem uma dificuldade de encontrar, novas tecnologias encontram esse defeito de uma forma mais rápida, é um sistema em que você tem em rede malhada mesmo, você tem uma interrupção de um lado, ele vai buscar em um outro trajeto o atendimento daquela situação, mas a dificuldade do serviço de recuperação é patente, porque é embaixo do solo, então você tem que ter um sistema de controle e supervisão adequado para esse sistema, ele fundamentalmente é mais caro como foi colocado, mas a questão que ocorre é o seguinte, o setor já está também mudando de paradigma, recentemente foi lançado no Rio Grande do Sul uma subestação com alimentação subterrânea, e a ANEEL aceitou isso, então isso na verdade nasce no planejamento, na questão da transmissão ele é mais claro, porque segue aquela linha do tempo que eu coloquei, se o planejamento indicar que por restrições ambientais, restrições locais, restrições urbanas, tenha que ser feito um atendimento via subterrâneo, ele nasce lá, na hora que chegar na ANEEL e que vai licitar, já está decidido lá, a questão é que o planejamento desde a época dos primórdios, sempre trabalhou com o mínimo custo global, aí mesmo no custo global ele coloca lá um custo de terreno em área rural e área urbana e vai embora e acaba sempre dando essa solução aérea. Então essa é uma questão que na transmissão dá para ir por aí e eu acho que inclusive nós estamos até com essa preocupação participando do planejamento no estado dizendo que áreas metropolitanas nós vamos realmente ter que contemplar essa solução, áreas de proteção também, essa solução de você na transmissão já incorpora isso e isso pode também ser encaminhado na área de distribuição, na área de distribuição realmente tem essa posição, a ANEEL também tem uma tarifação, porque não tem milagre, na hora que você fala, bom eu vou instalar em um local uma rede subterrânea ou até a questão das tarifas dos trolebus, não tem dúvida, isso vai ter que ser ressarcido com outros, se tiver um subsídio dado naquele ponto, isso tem que ser repartido um quando antes, só que tem que ficar claro como é que é isso, só isso. A questão da Cristina da interferência dos postes, alguém inclusive falou que alguém pinta poste, eu não me lembro quem foi, mas enfim, o que ocorre é que nós precisamos distinguir uma coisa, São Paulo, a iluminação pública é da Prefeitura, não é da Eletropaulo, então toda a expansão, os postes de iluminação pública, a operação e manutenção é dada pelo município, não é dada pela Eletropaulo, então ali se define que é uma tarifa rede, é uma tarifa que a Eletropaulo entrega no ponto de entrada para iluminação pública e todo resto é feito pela Prefeitura, os postes normais de fiação e dos bons transformadores, eu realmente compartilho da sua posição que há quarteirões ali no Jardins que tem mais de 30 postes no quarteirão, isso vai colocar nos postes que entra prédios e transformador, essa coisa toda. A questão de ter cabo da ANATEL, de TV a cabo, existe uma resolução entre as agências ANATEL, ANP e ANEEL de compartilhamento de infraestrutura, exatamente para que seria um absurdo vir a ANATEL e colocar um poste só para o cabo telefônico, e assim por diante. Então existe uma portaria das 03 agências compartilhando e dando a opção de compartilhamento desse serviço e esse serviço quando ele é na distribuidora, a concessionária de distribuição de energia, quando ela tem um serviço alheio a sua função de energia elétrica, esse serviço é abatido na tarifa, isso está regulado, tem fiscalização intra-regular nisso. Na questão da queixa não precisa ser só a ANEEL não, a ARSESP, que é a agência reguladora, ela também fiscaliza parte de distribuição e ela recebe



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

todos esses dados, se você não recebeu lá é porque realmente você não atingiu aquele DIC e FIC, mas essas informações vão em uma fita mensalmente para a ARSESP, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, sobre todas as ocorrências de interrupção, de perturbação, o que eles recomendam é que primeiro seja ouvido o Call Center e a Ouvidoria da Eletropaulo, no eventual não atendimento, a ARSESP tem Ouvidoria também antes de chegar na ANEEL, porque a ANEEL está muito longe, inclusive estão trabalhando nessa questão dos escritórios locais, porque na verdade eles cumprem a legislação, a legislação permitiu que escritórios locais, por exemplo, Cotia é uma região grande e escritório local, o escritório local é em Osasco, então está se revendo essa questão e aparentemente alguns locais de serviços comuns vão acoplar também um serviço da concessionária, isso está sendo discutido e eu não estou acompanhando isso, mas eu sei que isso está sendo discutido na ARSESP junto com a Eletropaulo para implementar essa função. Eu acho que a questão jurídica é fundamental que o Mauricio levantou, eu acho que essa é a questão de qual é a fronteira, até onde vai a legislação federal que é super centralizada e concentrada e aonde entra as condicionantes locais, isso é fundamental, porque nós recebemos lá semanalmente projetos de Leis da Assembléia agindo sobre uma competência federal que é a energia elétrica, as vezes eu acho que tem algumas coisas que precisam ser no mínimo contempladas na regulação federal, no mínimo isso, eu acho que inclusive os municípios são diferentes e eles tem que ser tratados de formas diferentes na sua regulação, não tem jeito. Eu acho que era isso que eu tinha, eu gostaria então só de agradecer realmente a oportunidade, eu sou testemunha aqui de que realmente nós temos um grande diálogo lá com o DECONT na questão da Piratininga, e eu gostaria de deixar nós e a nossa secretaria a disposição para que qualquer dúvida sobre eventuais projetos de energia, elétrico, a gás pudéssemos ter oportunidade de apresentar e nós também vamos usar assim que tivermos algumas questões relevantes que entendemos que devemos compartilhar, também vamos usar esse fórum para poder estar discutindo e dividindo com vocês essas questões que realmente o suprimento com segurança e qualidade para o município da dimensão de São Paulo não é simples e precisam realmente ser discutidos e esgotados para que não seja tomada a primeira solução, porque muitas vezes a solução de um problema complexo, rápido e simples, não é a melhor solução, eu tenho certeza. Muito obrigado então.

Presidente Eduardo Jorge: Ainda cabem 02 comentários aqui da Cristina e do Mauricio. Sobre o Mauricio, eu peço que o Mauricio formule a questão que nós mandamos para PGM que é o órgão da Prefeitura que tem pessoas concursadas e qualificadas para responder esse tipo de pergunta, então você procura formular e entrega para a Mary Lobas e aí ela vai avaliar e nós já mandamos direto para a PJM, para eles nos esclarecer. A Cristina volta a questão da fiscalização, que realmente é uma preocupação importante, você tem consequência do que você licencia e tem que ter fiscalização, a secretaria tem procurado se capacitar para ter um corpo de fiscal mais forte e mais abrangente, houve um concurso e uns fiscais nossos eram cargo de confiança, então a Prefeitura mandou um projeto de Lei para a Câmara, a Câmara aprovou e criou 180 cargos, autorizou a Secretaria de Gestão e de Finanças a chamar uns 80 fiscais para substituir os 80 cargos de confiança que a Regina tinha e agora nós estamos pedindo uma autorização para chamar mais fiscais, não é reclamar agora, porque eu não estou reclamando, mas a questão da fiscalização depois é isso, vejam vamos voltar ao que estou falando, LAP, LAI e LAU, a LAP, a LAI tem que garantir que ela está respeitada, então só tem LAI se tiver LAP respeitada, depois a LAI que é a



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Licença de Instalação do Empreendimento vai se implantando privado ou público e depois vamos ter a LAU que é Licença de Operação, na LAU se aqueles requisitos da LAI não estiverem atendidos, eu posso simplesmente dizer que não dou e ele não pode começar a funcionar seja um shopping ou seja uma avenida se não atender os requisitos da LAI 100%. As vezes é claro, o órgão de fiscalização tem que ter um bom senso que se tiver alguma pendência que possam ser equacionada, que eles possam ficar com aquela espada pendente por algum tempo, eu dou a Licença de Operação e vou tentar chegar nos 100% de LAI nós próximos meses, isso aí é uma questão de bom senso, mas o mais importante da LAU é você ter o menu da fiscalização, porque tem questões que são da própria obra e tem questões que são perene de funcionamento daquele empreendimento, a LAU tem esse menu que permite chegar ao fiscal lá do DECONT e ver se está cumprindo ou não, por isso que é importante ter a LAU. Agora se nós conseguimos fiscalizar ou não, aí já é outro departamento, mas você ter a LAU, é o menu que permite o fiscal chegar lá e ponto, 1, 2, 3, 4 faltou o 4, e o sujeito não tem como fugir, porque aquilo é um compromisso dele, é o que está acontecendo com, por exemplo, o nosso caso do nosso querido Aeroporto de Congonhas, aliás estão fugindo da justiça, porque agora ela atende a LAU, porque o conselho aprovou com as 100 exigências, e quando ela chegou lá com as 100 exigências e disse é dessas 100, já venceram 20 e aí eu vou cobrar, ele correu para a justiça, então a nossa LAU de Congonhas, que foi uma das primeiras desse tipo do Brasil, ele teve que correr na justiça federal. Então nós estamos bloqueados, a Regina está bloqueada e o próprio conselho está bloqueado, pelo recurso da INFRAERO na justiça federal para suspender a nossa LAU, entre outras coisas, então foi para a justiça, mas veja como a LAU foi importante, eles tiveram que correr na justiça, agora virou um caso de justiça, ela não pode multar como queria e eu também, mas também nós agora a justiça vai ter que falar, eu espero que a justiça tenha isenção e equilíbrio para dizer o que vai acontecer com a nossa LAU. Eram essas as observações, e queria agradecer a presença da Secretaria de Energia e Saneamento no Estado de São Paulo, dizer que pelo menos duas coisas é muito importante desses contatos, porque um órgão essencialmente econômico, pode ser como esse, ter um contato com a área ambiental e ouvir da área ambiental questões como ele ouviu é muito importante, porque ele vai levando em conta disso nas reflexões e na prática do órgão com a Secretaria de Energia e Saneamento no dia-a-dia e ele leva duas questões importantes que ele pode continuar pensando e nos ajudando, que é a questão do transporte e a questão das podas e da interação com a fiação, eles vão ver que eles tem que pensar mais e procurar nos ajudar nisso aí e nós também vamos procurar ajuda-los nesses dois assuntos que foram aqui levantados que ele leva para a Secretária Dilma e para a Secretaria de Energia e Saneamento, então muito obrigado pela sua presença.

Secretária Executiva Mary Lobas: Antes de encerrarmos tem o Manoel, que representa a Macro Norte, alguém mais quer falar? Então Manoel.

Cons. Manoel: Bom dia a todos e a todas, eu gostaria de fazer a pergunta para ele, apesar que eu falo para ele, porque não sei o nome.

Cons. Manoel: Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta Jean, é meia cumprida, eu estou só observando quando a Yara falou de energia subterrânea, é muito importante, mas vai causar um impacto, vai mexer com a SABESP, saneamento básico e quem vai ser o responsável para fazer a manutenção após a obra? Por que a SABESP deixa a desejar quando faz uma obra para concertar



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

os canos, porque nos bairros do centro é uma aparência, no centro vai ficar super lindo, mas lá nos bairros o pessoal falar é periferia mesmo e de qualquer jeito está bom, a manutenção vai ser preventiva?

Presidente Eduardo Jorge: A SABESP é com você também.

Jean Negri: Não é não.

Cons. Manoel: Eu dei o exemplo da SABESP, porque a SABESP faz um buraco lá e não vai concertar.

Jean Negri: A Secretaria de Saneamento e Energia tem duas coordenadorias, uma de saneamento e uma de energia, nós somos da energia. Saneamento é a Marisa Guimarães a Coordenadora, mas essa replicação a SABESP é uma questão de encaminhar à SABESP, porque ela vai ter todo o interesse em atender, não tem problema nenhum.

Cons. Manoel: Eu acho que você não entendeu, eu fiz uma comparação, vocês vão ter uma parceria com a SABESP para fazer a manutenção, porque vai fazer buracos na rua.

Jean Negri: Ah! Você diz Eletropaulo na implantação?

Cons. Manoel: Sim. Quando for passar o cabeamento via subterrâneo vai ter que causar buracos na rua, quem vai fazer a manutenção, a SABESP ou a própria...

Jean Negri: Olha, isso tem acordos de cooperação para ser feitos, isso eu acho que não tem dúvidas, porque não pode um vir e abrir, porque tem gás também, não é só aí, tem outras coisas também, isso daí tem que ser um acordo em cooperação, eu acho que tem que ser uma via única, o Brasil tem a característica de cada televisão ter uma torre, na Europa é uma torre só para todo mundo e compartilha, então eu acho que esse tipo de solução vai ter que ser solução compartilhada e acordo, eu acho que não tem dúvida quanto a isso, ainda mais se a solução puder ser planejada e você implementar a rede subterrânea junto com tubulação de água e com canaletas para facilitar essa operação, não tenho dúvida que tem que ter compartilhamento.

Cons. Manoel: Uma outra pergunta, eu gostaria de saber, porque nós como entidades para nós entrarmos naquela nota fiscal paulista, tem que ter até o certificado do COMAS, agora eu gostaria de saber por que a Eletropaulo cobra taxas e não faz parte essas taxas que estamos falando aí sem a autorização do usuário e não explica para nós onde que ela colocou esse dinheiro, para onde que vai?

Jean Negri: Isso tem que ver exatamente o que é que está acontecendo na tarifa, na conta de luz que taxa que tem lá, a Ouvidoria da Eletropaulo pode prestar esse esclarecimento, acho que sem problema nenhum, se não tiver condições é a Ouvidoria da ARSESP esclarecer o que está sendo cobrado lá e qual é a destinação para isso, eu acho que não tem dificuldade quanto a isso, tem que ser transparente e explicável.

Cons. Manoel: Obrigado.



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

Secretária Executiva Mary Lobas: Iervolino.

Cons. Iervolino: Sr. Presidente, eu acho que aproveitando a presença do Sr. Afonso da Secretaria Municipal de Serviços, aquela questão que eu coloquei no início da reunião a respeito do PAC e agora inclusive com essa determinação da justiça que solicita que São Paulo faça centrais de triagem onde está faltando no restante da cidade para que não aconteça igual aconteceu com o RCC, que o prefeito determinou que toda a subprefeitura usasse o subproduto e até hoje não é utilizado, porque não tem quem fornece, porque até agora não conseguimos implantar uma usina de RCC na cidade de São Paulo.

Cons. Afonso: Bom, em relação a determinação da justiça, o que ela determina é que haja coleta seletiva na cidade inteira, essa é a determinação da justiça, ela está sendo analisada pelos órgãos da Prefeitura, jurídicos que eu não sei se vai haver ou não uma solicitação ou um recurso perante esse juiz. O que eu posso dizer é que a Prefeitura continua trabalhando para que haja o início das obras do PAC, a primeira unidade já foi colocada em licitação, acho que se não foi na segunda foi na sexta-feira passada, e provavelmente de acordo com o Ministério das Cidades, nós teríamos que iniciar essas obras antes do dia 03 de julho, duas áreas já estão de acordo com as necessidades e estão sendo analisadas por EDIF e outras áreas nós estamos com bastante dificuldade na cidade, tendo em vista que a maioria das áreas públicas são áreas de espaço livre e nesse espaço livre são espaços de áreas verdes ou equipamentos sociais, ou seja, a educação e saúde. Está sendo analisada a possibilidade de que algumas dessas áreas possam ser utilizadas para finalidade da construção de centros, no entanto há uma série de restrições na utilização dessas áreas tendo em vista que o índice de ocupação também é pré determinado pela Lei, então não é tão simples assim. No caso do Parque as áreas têm que ser acima de 3.000 metros quadrados para implantação de um galpão de 950 metros quadrados, nós temos encontrado algumas áreas menores e que estão sendo levadas em consideração para que a Prefeitura faça galpões menores, não mais com recursos do PAC, mas com a própria Prefeitura, o que nós podemos dizer é que atualmente o recurso do PAC, ele vai atender a um terço dos recursos necessários para os galpões, a Prefeitura vai investir nesses galpões dois terços a mais para completar a obra, e tem uma série de exigências no PAC que são essas que nós já colocamos, mas a administração tem trabalhado, a Secretaria do Verde, junto com a Secretaria de Serviços e junto com a Secretaria do Governo Municipal, para formar um plano independente inclusive do PAC para que haja um aumento desses centros de triagem na cidade.

Secretária Executiva Mary Lobas: Eva, por favor.

Cons. Eva: Bom dia sou Eva da Associação Amigos do Tremembé, Norte de São Paulo, vocês sabem que é uma região verde, uma região com bastante arborização e por isso reforçando o que o Afonso falou essa questão das áreas, eu acho que a Secretaria, quando nós pensamos no plano diretor há alguns anos atrás, nós esquecemos de pensar nessas áreas para fazer essas centrais de triagem, quando eu digo nós; porque nós já estamos nesse processo há 10 anos dessa discussão de coleta seletiva na cidade que se faz muito necessária. Então eu acho que a Secretaria do Verde poderia estar dando um apoio maior e acompanhando mais ainda do que já está sendo feito, porque nós sabemos que está sendo feito bastante não é Afonso? Mais ainda com relação as áreas, até agora as áreas estão sendo indeferidas quando é aceita por LIMPURB, não é aceita por EDIF,



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

hoje nós temos na cidade de São Paulo nesse acompanhamento de 10 anos, nós temos aqui e nós lidamos com a inclusão social, que é isso que é interessante, são milhares e milhares e milhões de catadores, hoje nós estamos capacitando 1.000 catadores só na cidade de São Paulo, é preciso e necessário, eu sei que as vezes as pessoas não gostam muito de catadores, porque as vezes eles representam a parcela muito pobre da nossa sociedade, mas há que se pensar nessa situação, eu também prezo pelo econômico, prezo bastante pelo ambiental, mas o social é uma das coisas que mais me incomoda, porque nós não conseguimos viver e vendo tanta miséria em uma cidade como São Paulo, sei que aqui dentro dessa secretaria nós temos várias secretarias, fico bastante apreensiva quando diz, vamos segurar um pouco esse povo de ter luz, aí eu fico me preocupando como fica uma criancinha sem luz, não estou aqui tentando fazer nenhuma demagogia, sou formada em pedagogia e também tenho formação ambiental, só estou dizendo para que nós pensemos um pouco mais nessa possibilidade que seja por Prefeitura, que seja por PAC, esse PAC é uma coisa que nós já vimos pedindo a bastante tempo, 4 anos de discussão nessa cidade de São Paulo, eu tenho 10 anos que eu não dedico mais a minha vida, só dedico a isso, completamente a partidária, pensando sempre na melhora da nossa cidade, na melhora da miséria da nossa cidade, então é uma coisa que me dói muito, uma coisa que me traz muito incomodo, porque eu mexo muito com esse pessoal, então vamos assim, nós aqui conselheiros da cidade de São Paulo vamos querer uma cidade limpa, uma cidade organizada, uma cidade ambientalmente correta, mas pensando na parcela pobre, pensando nesse pessoal excluído, pensando nesse pessoal que não pediram para nascer pobre e que estão aí, vieram de vários locais e eu acho que se tivesse que escolher ninguém escolheria em nascer pobre, miserável, escolheria nascer em melhores condições, porque nós sabemos hoje que a família não tem estrutura nenhuma, não vou fazer aqui um discurso socialista para vocês, porque não sou socialista, a minha formação é humanitária e pensando que nós temos que resolver essa questão que já está trazendo muita angústia e nós temos na cidade de São Paulo uma coleta seletiva que não contempla as idéias, ou ideais que nós aqui na Secretaria do Verde pensamos que a Educação Ambiental é o prato, é o principal de tudo isso, educação ambiental que nós praticamos, já a 10 anos coletamos nas casas as e temos que jogar em um terreno tomando sol e chuva, a 10 anos. Então isso são coisas que devem ser pensadas, eu digo assim para vocês nesses meus 10 anos de formação de educação, sou pedagoga, eu digo para vocês que traz bastante angústia e eu não consigo largar e também não consigo deixar de pensar nisso, não acredito que uma cidade do tamanho de São Paulo que eu aprendi a amar, eu vim de um estado que é o Paraná, um estado bonito, vocês sabem que é quase que uma Bélgica brasileira comparada a isso. Então eu gostaria que vocês aqui pensassem um pouco mais, eu sei que o secretário tem esse olhar legal, o Afonso também é uma pessoa aí que contempla bastante essa aflição nossa, nos houve bastante, vamos pensar em uma cidade mais humana, uma cidade que pense nos seus locais, se o plano diretor não pensou nisso vamos fazer uma revisão disso, vamos verificar onde que tem espaços que possam ser contemplados, porque as concessionárias trazem um reciclável às vezes de não tão boa qualidade. As centrais de triagem eu não quero perto da minha casa, da forma como é feito nas cidades de São Paulo, administrado, eu não quero uma central perto da minha casa e eu não quero colocar perto da casa de ninguém. Então vamos começar a pensar também nisso, mudar, e, eu sei que a secretaria tanto a do verde quanto a de obras pensam nisso, vamos pensar em fazer uma central realmente limpa, onde tenham educação ambiental, esse material venha limpo, são tantas que eu nem digo assim burocracia, eu chamo de "burrocracia" mesmo, porque é uma coisa assim inaceitável que as



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

peças tragam esse material tão sujo e isso não possa vir limpinho para as centrais, porque nós coletamos 20 toneladas e o nosso resíduo não chega a 500 kg por mês, é somente isopor e algumas coisas. Então vamos realmente aqui todos os nossos conselheiros, tanto do lado do Governo quanto do lado das ONGS, porque nós ouvimos mais a dor pessoal, nós estamos mais do lado, então pensar em uma central limpa para que o povo possa aceitar essas centrais serem colocadas, pensarem em um novo modelo, em um novo olhar, criar novos paradigmas, novas posturas dentro dessa sociedade, aquilo que realmente o nosso prefeito fala cidade limpa. Obrigada a todos.

Secretária Executiva Mary Lobas: Conforme foi dito pelo secretário no início da reunião, esse tema entra nas próximas pautas.

Cons. Afonso: Eu só queria acrescentar que dentro dessa preocupação em lotar a cidade de mais centrais, nós estamos estudando junto com a Secretaria do Verde a possibilidade de construção das centrais usando os recursos do FEMA, nesse sentido logicamente que prioritariamente estão em análise as Subprefeituras que estavam próximas aos 02 nossos aterros, Perus/Pirituba, Cidade Tiradentes e São Mateus e principalmente Perus e Pirituba tem problemas de área, áreas públicas e as áreas de lá, o terreno bastante acidentado. Então nesses casos onde não existem áreas públicas, está se verificando a possibilidade de fazer uma desapropriação de área para construção dessas centrais. Então já está sendo verificada, já estão sendo analisadas algumas propostas e encaminhadas por São Mateus, por Pirituba, Perus e Cidade Tiradentes, para nós fazermos o encaminhamento de uma proposta para o Fundo, para construção, seja do galpão maior de 950 metros quadrados ou um galpão menor que caiba nessa área desapropriada.

Presidente Eduardo Jorge: Então para ter um encaminhamento disso, primeiro eu preciso saber algumas coisas, nós começamos o governo com 0,7% de coleta seletiva e agora a Secretaria de Serviços já chegou em 7%, é pouco, mas cresceu 10 vezes, era 0,7% e precisa crescer mais, mas cresceu 10 vezes, que as vezes não se leva isso em conta. Na questão do Parque em relação a esse tipo de investimento, está sendo problema no Brasil inteiro, porque a burocracia e as exigências são tão grandes, que município nenhum está conseguindo fazer, não é problema de São Paulo, que é uma cidade difícil, mesmo cidade muito mais fácil não estão conseguindo fazer, que eu saiba só uma cidade até hoje conseguiu fazer alguma coisa com esse dinheiro. Mas como você está falando, é melhor nós não ficarmos dependendo desse dinheiro do Governo Federal e tentar fazer com nosso dinheiro, seja o dinheiro da Secretaria do Verde, do fundo, ou seja, o dinheiro da secretaria para não ficar parecendo que isso é problema político quando não é, porque está acontecendo no Brasil inteiro, esse dinheiro não está sendo gasto no Brasil inteiro, para nós afastarmos essas intrigas políticas e vamos tentar resolver nós mesmos o que é possível resolver. Quanto a questão de encaminhamento, a Secretaria do Verde colocou a Secretária Adjunta, para tentar ajudar a Secretaria de Serviços como nós temos feito com várias secretarias, a minha sugestão é para evitar duplicar fóruns e pontos de encontro em que essas pessoas, os conselheiros como vocês 02 que estão interessados particularmente nessa questão, vejam com o Afonso ou com a Leda, e participe dessa comissão do Comitê de Mudanças Climáticas, porque mais do que ambiental essa questão é ambiental, social e econômica. Então em vez de nós fazermos um novo consenso, um novo grupo aqui, vamos fortalecer esse grupo que está sendo coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, portanto é uma visão geral da cidade e discutir isso lá, eu



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

acho que é mais prático do que criar um outro fórum aqui. Vejam com o Afonso ou com a Leda e vocês podem compor esse grupo lá do Comitê de Mudanças Climáticas, esse é o melhor lugar onde pode discutir esse assunto. Quanto a questão dos locais, é o que ela falou, você viu não é? Mesmo ela uma pessoa altamente empenhada tem dificuldade de receber como a questão da triagem perto da casa dela, a posição da Secretaria do Verde é ter uma central de triagem e de compostagem em todos os distritos da cidade, o prefeito tem uma posição já consolidada em relação aos ECOPONTOS, a posição do prefeito é um ECOPONTO em cada distrito pelo menos, são 96 distritos, são 31 subprefeituras, então o prefeito Kassab quer um ECOPONTO em cada um dos 96 distritos pelo menos, isso já está garantido, é posição do prefeito a subprefeitura está tentando viabilizar isso, já chegamos a uns 30, 40 ECOPONTOS e o prefeito continua cobrando lá do Ronaldo. A posição da Secretaria do Verde é semelhante em relação a essa posição do prefeito e o ECOPONTO com as centrais de triagem e de compostagem, porque ninguém fala de compostagem não é? A posição da Secretaria do Verde é que tem que ter uma em cada distrito, porque enquanto nós mandarmos o lixo para Perus ou para São Mateus, dificilmente a dona de casa de Pinheiros ou da Vila Mariana ou do Brooklin vai se importar tanto com essa questão que é uma questão essencial para mudanças climáticas, essa sim é importante para mudanças climáticas aqui na região dela, tem que diminuir o lixo em Pinheiros, tem que diminuir o lixo da Vila Mariana, tem que diminuir o lixo do Brooklin, porque é muito fácil para nós que moramos aqui na Vila Mariana passar o caminhão da LIPURB, recolher o lixo e levar lá para São Mateus e para Perus a vida toda. Então eu sou a favor de ter uma central de triagem e de compostagem em cada distrito, "ah mas não tem lugar", procura. É o lixo da Vila Mariana, porque o lixo da Vila Mariana tem que ir para Perus ou para São Mateus a vida toda? Então essa é uma questão que nós temos que discutir na cidade, não é fácil isso, porque você vê ela uma pessoa envolvidíssima com isso e tem resistência, e mesmo que tiver uma central de triagem limpíssima vai ter resistência, as pessoas tem resistência a ter uma casa com um menor abandonado perto da casa dela e criança não é lixo, que eu saiba, mas no entanto ninguém quer ter uma casa onde as crianças menores abandonadas são tratadas por uma entidade filantrópica perto da casa dele, esse tipo de egoísmo acontece na cidade inteira, mas é uma boa discussão essa e aí sim isso é mudança climática, por isso que eu acho que vocês estão em uma posição privilegiada para discutir essa situação nas cidades e reverter como ela colocou essa história de plano diretor, é bom para isso, para completar, porque o plano diretor nosso não levou em conta as mudanças climáticas. Quando foi feito o plano diretor estratégico, o de mudanças climáticas foi ignorado, dá para saber isso? Não existe mudanças climáticas no plano diretor. Então veja é uma boa ocasião na discussão dessa reforma do plano diretor para colocar algo desse tipo, cada distrito tem que ter a sua central de triagem e a sua central de compostagem e procure o local.

Cons Solange: Mary, posso só fazer uma colocação? Solange do Instituto Mananciais Sul 3. Nós estamos falando de lixo, eu até comentei alguma coisa com o menino aqui da secretaria de subprefeituras e com a Mary, a respeito dos eventos, então como que isso está ficando na cidade de São Paulo, nós vamos ter agora os eventos de 1º de maio, e tivemos um evento no autódromo de Interlagos no final de semana passado que causou um impacto de vizinhança, um lixo, um acúmulo de lixo e o trânsito, o transporte houve uma paralisação desde aqui da Ponte do Transamérica. Então é uma coisa para nós começarmos a pensar como que estão sendo feitas essas liberações, tudo bem que foi a Igreja Universal que fez o evento, ela deve ter alugado o



ATA DA 123ª Reunião Plenária Ordinária

autódromo, alguma coisa assim, então foi assim uma geração de lixo imensa, falta de banheiros químicos, o trânsito parou da cidade, minha filha estava aqui na Ponte Transamérica, ela demorou 4 horas para chegar na cidade Dutra. Então é uma coisa que eu acho que nós temos que começar a pensar como é que está sendo feito isso nas subprefeituras, porque é muito fácil você aluga ou sei lá, eu não sei como está sendo feito isso, nós vamos ter agora eventos de 1º de maio lá na Barra Funda e depois na Praça Campo de Bagatelli e a população e o lixo que fica e esse impacto, alguma coisa nós precisamos começar a discutir sobre isso.

Secretária Executiva Mary: Bom dia, obrigada pela participação e pela presença.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros Presentes:

AFONSO CELSO TEIXEIRA DE MORAES	MARCO ANTONIO BARBIERI
ALEJANDRA MARIA DEVECCHI	MARCOS MOLITERNO
ANDRÉ LUIS GONÇALVES PINA	MARIA JOSÉ RIBEIRO DEVESA DA SILVA
ÂNGELO IERVOLINO	MAURICIO GUILHERME SIMÃO
ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA	PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
CLÁUDIO DE CAMPOS	REGINA LUISA FERNANDES DE BARROS
CRISTINA ANTUNES	RICARDO BORGIANI
E. EMIRENE NOGUEIRA	ROBERTO LUCCA MOLIN
EVA DA SILVA ERN	ROSE MARIE INOJOSA
HAROLDO DE BARROS FERREIRA PINTO	SOLANGE APARECIDA DIAS
JORGINA ALEXANDRA MIKITA PAWLAK	SUELI RODRIGUES
JOSÉ CARLOS ANDERSEN	VILMA CLARICE GERALDI
JOSÉ EDUARDO STOROPOLI	WALTER PIRES
MANUEL MESSIAS FERNANDO DA COSTA	YARA TOLEDO

Conselheiros com justificativa de ausência:

GIOVANNI PALERMO / FERNANDA FALBO BANDEIRA DE MELLO/ FRANCISCO JOSÉ CALHEIROS RIBEIRO FERREIRA.

Conselheiros Suplentes presentes:

ARIANDRO DA SILVA SOUZA / CRISTINA PEREIRA DE ARAÚJO / MILTON TADEU MOTA / PÉROLA FELIPETTE BROCANELI / ROSEMARY DA FÁTIMA PITELLI.

Secretária Executiva:

MARY LOBAS